

MESTRADO EM FILOSOFIA, POLÍTICA E ECONOMIA

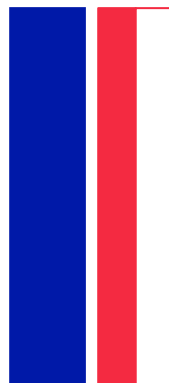
Processo de Ruptura em Curso

A desigualdade enquanto desincrustação social

Hélder Verdade Fontes

M

2026



Hélder Verdade Fontes

Processo de Ruptura em Curso

A desigualdade enquanto desincrustação social

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Filosofia, Política e Economia,
orientada pelo Professor Doutor Diogo Lourenço.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2026

Aos meus pais

A todos os que, pelo mundo, lutam pela sua liberdade

Sumário

Declaração de honra	6
Agradecimentos	7
Resumo.....	8
Abstract	9
Índice de Gráficos.....	10
Introdução.....	11
1.Desigualdade e Liberdade: duas faces da mesma moeda?	14
1.1. Porquê a desigualdade?	14
1.2. Desigualdade ou diferença?	20
1.3. Métricas comuns	25
1.4. Métricas comuns	31
2.A Grande Transformação	37
2.1. Breve biografia de Karl Polanyi.....	37
2.2. O enquadramento Polanyiano d'A Grande Transformação	39
2.3. Desincrustação Social enquanto processo	51
3.Processo de ruptura em curso	60
3.1. A desigualdade enquanto desincrustação social: Piketty e Polanyi conversam	60
3.2. A ordem liberal do início do século XX	68
3.3. O período de ouro social-democrata	72
3.4. A era contemporânea.....	78
Conclusão	85
Referências Bibliográficas	91

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) da presente dissertação, encontrando-se todas as interações (prompts e respostas) transcritas em anexo.

Porto, março de 2026

Hélder Verdade Fontes

Agradecimentos

Agradeço ao Professor Diogo Lourenço pelo cuidado, disponibilidade, atenção, reflexão e simpatia ao longo destes vários meses. As conversas que fomos tendo foram mais do que mera ajuda na construção desta dissertação – foram pilar sem o qual não conseguiria ter feito este trabalho. Nas nossas divergências, perspectivas e prismas distintos, conseguimos encontrar muito chão comum para trabalhar, inovar e avançar.

Aos meus pais, que vêem o filho tirar um segundo mestrado quando, muitas vezes, duvidaram ter condições para que este pudesse tirar sequer um curso superior. Parece que há ainda algum elevador social que nos permite avançar e evoluir.

Agradeço também à Alexandra que muitas vezes ficou e sentiu-se só porque esta dissertação tinha de ser escrita. Teremos agora mais tempo para concretizar os planos adiados.

A todos os meus amigos que, devido a este mestrado e dissertação, tiveram muitos planos frustrados e, na maioria das vezes, preteridos. Por vezes também preferia ter ido tomar um copo.

Aos meus camaradas (que, felizmente, são demasiados para citar) que, no meio das confusões e do caos constante, foram sempre um pilar de suporte.

Aos autores e autoras que fazem de mim aquilo que sou hoje.

Resumo

Karl Polanyi, n' "A Grande Transformação", descreveu o processo de ruptura entre economia e sociedade que foi potenciado pela revolução industrial. A tentativa de isolar a economia da sociedade, designada por Karl Polanyi de desincrustação social, seria o principal passo para a degeneração da sociedade em várias das experiências totalitárias do século XX.

Para ilustrar tal fenómeno, Polanyi recorreu à *Belle Époque*, que, segundo ele, seria o período do culminar do processo de desincrustação social. A *Belle Époque*, grosso modo, o período entre meados do século XIX e a primeira-guerra-mundial, foi um período de estagnação social caracterizado por uma elevada desigualdade. Hoje, vários estudos, como os de Thomas Piketty, mostram que a desigualdade, em alguns indicadores, como o rendimento e riqueza, nunca foi tão alta como nesse período. Contudo, esses mesmos estudos evidenciam que estamos, agora, a retornar a valores apenas vistos nessa época. Desta forma, o estudo da desigualdade enquanto processo social torna-se incontornável, particularmente num período em que ela aumenta substancialmente.

Esta dissertação interliga a desigualdade e a desincrustação social, tentando perceber ligações, causalidades e consequências. Considera-se a desigualdade como sendo mais do que uma inevitabilidade: é um resultado do processo social. Se assim o é, a desincrustação social, isto é, a separação dos mercados da esfera social, é uma óptica inovadora e distinta para a explicar.

Palavras-chave: Desigualdade; desincrustação social; mercado; Karl Polanyi

Abstract

In “The Great Transformation”, Karl Polanyi described a process of rupture between economy and society that was enhanced by the Industrial Revolution. This attempt to isolate economy from society, named social disembeddedness by Karl Polanyi, thought to have been the key factor in the degeneration of society in many of the totalitarian regimes of the 20th century.

To illustrate this phenomenon, Polanyi drew on the *Belle Époque*, which, according to him, marked the culmination of the process of social disembeddedness. The *Belle Époque* – broadly speaking, the period from the mid-19th century until the First World War – was a period of social stagnation characterized by high levels of inequality. Today, various studies, such as those by Thomas Piketty, show that inequality, in certain indicators such as income and wealth, has never been as high as it was during that period. However, these same studies show that we are now returning to levels last seen in that era. Consequently, the study of inequality as a social process becomes essential, particularly at a time when it is increasing substantially.

This dissertation explores the links between inequality and social disembeddedness, seeking to identify connections, causalities and consequences. To us, inequality is more than an inevitability: it is a result of several social processes. If this is the case, social disembeddedness—that is, the separation of markets from the social sphere—offers an innovative and distinct perspective from which to explain it.

Key-words: Inequality; disembeddedness; market; Karl Polanyi

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 - DESIGUALDADE DE RENDIMENTO AO LONGO DO SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, NO JAPÃO E NA MÉDIA DE VÁRIOS PAÍSES EUROPEUS. DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE THOMAS PIKETTY (PIKETTY, 2020).....	33
GRÁFICO 2 - DESIGUALDADE DE PATRIMÓNIO AO LONGO DO SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E EM VÁRIOS PAÍSES EUROPEUS, BEM COMO DA SUA MÉDIA. DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE THOMAS PIKETTY (PIKETTY, 2020).....	34
GRÁFICO 3 - DESIGUALDADE MUNDIAL DE CRESCIMENTO NOS ÚLTIMOS 40 ANOS (CURVA DO ELEGANTE). DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE THOMAS PIKETTY (PIKETTY, 2020).....	35

Introdução

De forma relativamente comum, diz-se que o ser humano é um ser social. Esta concepção diz-nos que os humanos não só interagem naturalmente com outros, mas sentem a necessidade de o fazer. No entanto, o enquadramento institucional de uma determinada sociedade dita, em larga medida, a forma como o fazem. Em particular, as relações e facetas económicas entre os indivíduos são moldadas por esse mesmo enquadramento. Sem surpresas, as consequências dessas relações e ligações são, também, resultantes disso.

As interações entre os indivíduos, e sobretudo as económicas, ditam muito sobre as suas condições de vida. Este tem sido um tema estudado ao longo dos séculos, por vários economistas políticos, filósofos, historiadores e antropólogos. Em particular, desde a Revolução Industrial (*grosso modo*, desde o fim do século XVIII), tem-se abordado com maior densidade a interação económica entre os humanos, sobretudo tendo em conta a crescente mercantilização de várias esferas sociais e a supremacia dos mercados enquanto principal forma de interação económica (Louçã & Mortágua, 2021). Naturalmente, esta mudança acarreta várias consequências para a vida dos indivíduos. Consideramos que uma delas é o aumento da desigualdade.

A desigualdade não é um fenómeno novo na humanidade: não nasceu com o advento do capitalismo, com o surgimento ou proliferação dos mercados ou com a Revolução Industrial. Contudo, a sua manifestação na modernidade tem fundos e origens distintas, o que exige o seu estudo sob um prisma distinto, que densifique uma das causas para a desigualdade na contemporaneidade.

Para tal, recorreremos aos estudos de Karl Polanyi, um socialista austríaco do início do século XX, com uma tese inovadora sobre a Revolução Industrial. Para Karl Polanyi, a Revolução Industrial foi muito mais do que um mero conjunto de inovações técnicas e científicas: foi uma ruptura significativa no seio das sociedades, com o advento e supremacia de uma nova forma de relação económica – o mercado auto-regulado. Até então, os mercados eram apenas uma pequena parte da interação económica: a economia encontrava-se incrustada em relações sociais e políticas, isto é, a organização e as relações económicas estavam imbuídas em preceitos sociais, culturais e políticos

(Polanyi, 2000). Segundo Polanyi, com a Revolução Industrial, a economia deixou de estar incrustada e passou a actuar de forma isolada das restantes componentes da sociedade. A supremacia do mercado auto-regulado enquanto forma primordial para a relação económica foi um dos efeitos da chamada desincrustação social, conceito central em Karl Polanyi. Esta alteração de paradigma gerou rupturas na sociedade, sendo uma delas, segundo a nossa tese, o aumento da desigualdade.

Esta dissertação encontra-se dividida em três grandes capítulos. No primeiro existe uma reflexão sobre o que é a liberdade, a desigualdade e a interacção entre ambas. Além disso, densificamos algumas métricas necessárias para compreender a desigualdade. Neste capítulo, verificamos a sua evolução, em algumas métricas que consideramos essenciais, o que nos permite entender os momentos de crescimento ou diminuição. No segundo capítulo apresentamos o enquadramento pelo qual queremos estudar a desigualdade tendo em conta as evoluções apresentadas anteriormente. Esse enquadramento advém das principais reflexões de Karl Polanyi. Dissertamos sobre os seus principais conceitos, bem como tentamos compreender de que forma se podem ligar às interacções económicas do presente. Em particular, apresentamos uma tese inovadora sobre a desincrustação social, naquela que é uma das maiores contribuições desta dissertação para a literatura académica. Além disso, neste capítulo, compreendemos e apresentamos um olhar inovador para a desigualdade, o que nos permite que no último capítulo possamos utilizar esse enquadramento para testar a nossa inferência. Por fim, no terceiro e último capítulo colocamos os dados e as inferências de Thomas Piketty com o enquadramento de Karl Polanyi em choque. O trabalho de ambos tenta entender o presente em termos de processos históricos longos, o que justifica a tentativa de confronto. Avaliamos a desigualdade em três períodos da história moderna à luz da desincrustação social e tentamos evidenciar a relação existente entre os dois conceitos. Evidenciamos que a desincrustação social pode ser um dos motores para o aprofundar da desigualdade, sendo que essa inferência é corroborada sob o prisma do enquadramento da desincrustação social, naquela que é outra das grandes contribuições desta dissertação para a literatura académica.

Consideramos que a desigualdade gera disrupções significativas na sociedade e, muitas vezes, é causa e mote para perturbações sociais, o que também justifica o seu estudo, particularmente no momento em que vivemos. Mas, mais do que isso, é-nos difícil considerar que os cidadãos possam ser livres se a desigualdade se encontrar em valores muito elevados. Esse é, também, mote desta dissertação. Esta dissertação visa, assim, oferecer uma reflexão integrada sobre a interacção humana e a desigualdade, tendo sempre em mente a questão: é a desigualdade inevitável?

1. Desigualdade e Liberdade: duas faces da mesma moeda?

1.1. Porquê a desigualdade?

“Todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais do que outros” (Orwell, 2017). A conhecida frase de George Orwell, inserida na obra “A Quinta dos Animais”, resume a crítica do autor a regimes que, alegadamente, procuraram a igualdade. Sabemos, hoje, que essa procura em vários regimes ditatoriais apenas serviu de mote para a criação de estruturas de poder e opressão que eliminaram a liberdade e não cumpriram – nem poderiam – a promessa de igualdade que teoricamente os sustentava. Esta crítica de Orwell, contudo, deixou hoje de ser apenas associada a regimes totalitários e suas promessas vãs, mas a qualquer forma de luta pela igualdade, sobretudo no confronto político. É, inclusive, utilizada como validação intelectual, de forma coloquial, para criar uma falsa alternativa: ora se opta pela liberdade ou pela igualdade. Orwell, inclusive pela sua história de luta pela autodeterminação dos povos, certamente não concordaria com tal extrapolação do seu texto, justamente porque reconheceria nela, especialmente na forma simplista como é colocada, uma falácia de falso dilema (Orwell, 2007). Contudo, a falácia é difundida em múltiplos campos e planos de acção, sejam estes mais coloquiais ou formais, o que justifica uma resposta: liberdade e igualdade são opostos?

Reconhecemos que os dois conceitos estão intimamente interligados, mas não são mutuamente exclusivos, tal como um cobertor pequeno que ora destapa os pés, ora destapa a cabeça. A concepção de que liberdade e igualdade não são antagónicas, subjacente no pensamento de Orwell, antecede-o. Antecede, inclusive, os contratualistas do período romântico, que começaram a dissertar sobre desigualdade, como, por exemplo, Rousseau (Rousseau, 2020). La Boétie, conhecido precursor do anarquismo do século XVI, afirmou uma tese semelhante quando escreveu: “uma coisa é claríssima na natureza (...) e é o facto de a natureza, ministra de Deus e governanta dos homens, nos ter feito todos iguais. (...) Por todas as formas mostrou não só desejar ver-nos unidos mas como um só ser, não há dúvida de que somos todos naturalmente livres, visto sermos todos iguais” (La Boétie, 1963). Esta confluência entre liberdade e

igualdade não se cinge ao pensamento anarquista ou socialista, isto é, a Orwell, Rousseau e La Boétie – tem respaldo em pensadores liberais, como o eclético Almeida Garrett: “Os homens são iguais porque são livres e são livres porque são iguais” (Garrett, 1824).

De forma mais simples, podemos notar que, no mote da revolução francesa, os dois conceitos também estão de mãos dadas. Além disso, consideravam-se indissociáveis, sendo que esse mote era utilizado por vários quadrantes e franjas ideológicas opostas de forma relativamente consensual. É possível que isso ocorra devido ao carácter etéreo presente nos pedidos de “liberdade, igualdade, fraternidade”, o que permite que, ao não discutir detalhes ou visões concretas, a formulação se torne consensual. Isto é, ao resumir um mote a uma só frase, sobre-simplificamos os conceitos, fazendo com que seja aceite e até acarinhado por indivíduos com posições antagónicas sobre cada um dos termos. Consideramos, no entanto, que estes conceitos particulares são, tipicamente, complexos, multidimensionais e até contestáveis (Gallie, 1955). Por isso, o seu aprofundar é justificável, particularmente num âmbito reflexivo, para que não haja confusão sobre o que se entende por cada um deles.

Não se pretende dissertar aqui sobre se liberdade e igualdade são, efectivamente, uma e a mesma coisa. Apenas se argumenta, por agora, que parte da confusão advém de os dois conceitos se encontrarem lado a lado e que a busca de um leva, ou é acompanhada, em múltiplos pontos, pela busca do outro. Isto tem, naturalmente, mais respaldo quando pensamos em definições concretas de liberdade que possuem um foco significativo na igualdade. Por exemplo, a definição de liberdade de T. H. Green, conhecido liberal-social do final do século XIX: “ser livre é ser capaz de realizar o próprio bem e isso requer que a sociedade assegure condições iguais para todos” (Green, 1895).

É relativamente consensual dizer que estas visões de liberdade, tipicamente designadas por positivas, isto é, que entendem que para se ser livre é necessário ter poder, capacidade e recursos para realizar os próprios desígnios, possuem em si um maior foco na igualdade, por oposição às visões de liberdade ditas negativas, que se focam na ausência de coerção e impedimentos externos às acções (sobretudo pelo

Estado e vários outros poderes políticos) (Berlin, 1959). Contudo, esta divisão não é perfeitamente clara e estanque, havendo dificuldades de percepção, comunicação e conceituais em ambas (MacCallum, 1967).

Um autor que criticou esta divisão proposta por Isaiah Berlin foi Gerald MacCallum. À proliferação da divisão criada por Berlin, afirma não existirem dois grandes grupos de liberdade (positiva e negativa), mas sim diferentes olhares e perspectivas sobre um mesmo fenómeno. Isto é, nas relações e exemplos que apresenta, o que MacCallum nos diz é que liberdade positiva e negativa não são conceitos opostos, como comumente se pensa, mas apenas visões particulares de uma mesma equação. Ou seja, existem aspectos formais que ultrapassam qualquer concepção de liberdade e que são comuns a todas elas. Isto não significa que as visões particulares não sejam radicalmente distintas ou antagónicas na sua substância ou proposição, mas que partem de uma mesma estrutura, apesar das interpretações e focos distintos (MacCallum, 1967).

A tese de MacCallum pode ser considerada heterodoxa, pois é relativamente consensual na literatura a existência destas visões de liberdade (positiva e negativa) como contraditórias entre si, o que implica, necessariamente, uma elevada tensão quando ambas estão em jogo. Contudo, a existência de uma matriz comum, como é dita por MacCallum, parece representar melhor a complexidade real das várias reflexões sobre liberdade do que a simples dicotomia excludente. MacCallum oferece, assim, um quadro analítico que oferece a possibilidade de vários tons de cinza entre os dois caminhos antagónicos (MacCallum, 1967). Esta concepção é interessante, pois abre a possibilidade de uma tentativa de síntese ou até confluência entre as duas principais visões de liberdade.

Simplificando, podemos falar, não apenas da liberdade de fazer algo, isto é, a ausência de interferências externas (*freedom from*), a óptica tradicional da liberdade negativa, mas também da capacidade de poder agir de forma a cumprir as próprias vontades, desígnios e necessidades (*freedom to*), a lente pela qual a liberdade positiva interpreta a liberdade. Esta síntese, que abarca as duas principais noções de liberdade, mas também os seus graus intermédios, pode ser entendida de várias formas. Uma, que nos parece interessante, é a da liberdade enquanto não-dominação.

A noção de liberdade enquanto não-dominação é uma tese essencial e central do novo republicanismo emergente, assente, sobretudo, nos estudos de Phillip Petit, e explanada de forma clara e simples por Jorge Pinto em “A Liberdade dos Futuros”: “para ser livre, nenhuma outra pessoa pode ter a capacidade de interferir connosco de maneira não controlada” (Pinto, 2020). Nem todas as interferências ou acções são consideradas limitadoras da liberdade nesta definição: existe o espaço para a acção, por exemplo, de autoridades públicas e democráticas que sirvam propósitos de redução da dominação e, desse modo, possam promover a liberdade. Ou seja, quando falamos de um estado de não-dominação, não falamos de um estado de inexistência de qualquer tipo de controlo, mas sim da existência e concretização de regras claras, precisas, justas e equilibradas (Pinto, 2020).

Esta visão de liberdade tem em conta as diferentes possibilidades de subjugação que existem, seja pela interferência estatal ou do poder político, como interpreta a visão de liberdade negativa, mas também pela ausência de recursos, meios, instrumentos ou poder para cumprir os desígnios próprios. Oferece, assim, deste prisma, uma síntese que coloca num mesmo recipiente igualdade e liberdade, compreendendo a tensão existente entre ambas, mas sem descurar a sua relevância e necessidade mútua – que sem uma, dificilmente, cumpriremos a outra.

Esta tensão, que, como dissemos, não é necessariamente nova, e reconhecendo algumas matizes, pode ser encontrada em autores clássicos como John Stuart Mill. Quando, em *On Liberty*, e apesar de todas as nuances em prol da liberdade de acção individual (que poderiam ser entendidas como próximas da liberdade negativa), nos diz que “a liberdade de desenvolver as nossas próprias capacidades é um dos principais ingredientes da felicidade e um elemento essencial do progresso individual e social”, explicitamente reconhece a necessidade de uma noção de liberdade maior do que apenas evitar ou impedir interferências externas. É ainda mais claro nesta questão quando, posteriormente, no mesmo livro, nos apresenta uma analogia para o desenvolvimento humano: “a natureza humana não é uma máquina construída segundo um modelo, para realizar exatamente o trabalho que lhe é prescrito, mas sim uma árvore, que precisa de crescer e desenvolver-se em todas as direcções, conforme a

tendência das forças interiores que a tornam um ser vivo” (Mill, 2000). Ou seja, Mill parece também reconhecer, implicitamente, que é necessário o estímulo e o desenvolvimento dos indivíduos para que possam florescer e serem livres. Isto é, que para que possam desenvolver as próprias capacidades, é necessário que tenham também as ferramentas e instrumentos para tal.

Não é estranha esta preocupação (mas também tensão) em Mill. Sendo um crítico acérrimo do capitalismo da época, encontra-se preocupado com a dignidade da humanidade e, sobretudo, da classe trabalhadora que se encontrava em condições precárias. Não choca, por isso, que seja um defensor de algo que podemos considerar como os primórdios de um Estado-Social, como o alargamento do ensino a todas as pessoas (Baptista, 2018).

Podemos encontrar o mesmo espírito de confluência entre liberdade e igualdade noutros autores. Simone Weil parece ter, embora num enquadramento marxiano, uma leitura próxima da liberdade enquanto não-dominação quando nos diz “a liberdade autêntica não se define através da relação entre o desejo e a satisfação, mas entre o pensamento e a acção. Seria completamente livre o homem cuja totalidade das acções procedesse dum juízo prévio quanto à finalidade que se propunha e aos meios capazes de determinar essa finalidade” (Weil, 2022). Ou seja, a liberdade não depende necessariamente da satisfação integral das necessidades e desejos humanos, mas sim da possibilidade da acção, desde a sua concepção (pensamento) até ao acto que leva à acção. Desta forma, entende-se que a liberdade envolve também uma esfera que diminua, por exemplo, a dominação social que limita e restringe o pensamento. Além disso, reconhece que nem sempre a satisfação é conseguida, por múltiplas razões, e isso não implica, necessariamente, uma ausência ou diminuição da liberdade.

Parece ser, também, uma das formas como Karl Polanyi, economista, antropólogo, sociólogo e socialista, interpreta a liberdade: “o indivíduo é livre se seguir a sua consciência sem recluir os poderes que tenham a seu cargo tarefas administrativas em certos campos da vida social” (Polanyi, 2000). Ou então, de forma mais explícita, em “A liberdade numa sociedade complexa”, quando diz que “O direito à não-conformidade deverá ser o selo que autentica uma sociedade livre” (Polanyi, 2021a). Nesta citação,

Karl Polanyi entende que os indivíduos são livres se puderem não conformar-se com as condições existentes numa dada sociedade, sejam elas materiais ou não.

Um ponto interessante desta noção de liberdade enquanto não-dominação é a sua fácil concretização. Esperar-se-ia que, devido a uma tentativa de compromisso, esta pudesse ser complexa de demonstrar ou explicar. Contudo, Phillip Petit mostra, de forma clara, como pode ser atestada através do olhar: “olhar os outros nos olhos sem motivo de medo ou deferência do tipo que um poder de interferência possa inspirar” (Pettit, 2012). Este teste do olhar encerra em si os principais eixos da liberdade enquanto não-dominação: é necessário que os indivíduos não estejam em situações de assimetria extrema de poder, capacidade e recursos, por forma a que possam olhar nos olhos, de igual para igual (mesmo que, neste ponto, a igualdade não seja absoluta ou entendida como um fim em si mesmo).

Estamos, assim, em condições de assumir uma definição de liberdade que seja suficientemente esclarecedora, que responda à síntese previamente elencada e sirva de fundo a esta dissertação. Podemos definir a liberdade como um estado de não-dominação, isto é, uma pessoa livre é aquela que não viva sob o desejo arbitrário ou a dominação de outros. Por arbitrário podemos entender a definição de regras claras, precisas e equilibradas que permitam a convivência em sociedade, sem o jugo tirânico ou a “completa ilegalidade e imoralidade” (Pinto, 2020).

Esta definição permite fazer uma síntese entre visões e perspectivas diferentes da liberdade, assim como reconhecer que existem vários prismas e eixos que podem interferir e influenciar a liberdade. Não sendo do âmbito desta dissertação uma explanação completa sobre noções de liberdade, a definição operacional apresentada no parágrafo anterior parece-nos constituir uma visão mais completa do que uma mera leitura positiva ou negativa da liberdade, atendendo também à reflexão de MacCallum sobre a existência de um mesmo chão.

Resta explicar porque é que no início de uma dissertação sobre igualdade acabamos por explanar, ainda que brevemente, noções de liberdade, e tivemos a necessidade de encontrar e apresentar uma definição para ela. Como dissemos

anteriormente, independentemente das visões concretas sobre os conceitos, e em especial sobre o da liberdade, será relativamente assentido dizer que a luta pela igualdade nunca se fez por oposição à da liberdade e que ambas se alimentaram mutuamente ao longo dos tempos, justamente porque não é possível conceber liberdade sem cidadãos iguais nem é possível conceber igualdade sem que os cidadãos sejam livres de opressão (Garrett, 1824). Por decaimento lógico desta afirmação, podemos inferir que a existência de desigualdade poderá constituir bem mais do que uma tragédia ou falência moral do conjunto dos indivíduos – poderá ser, verdadeiramente, o resultado último de uma sociedade não-livre. Num momento em que os dados evidenciam um crescimento da desigualdade por todo o globo, urge compreender a origem deste fenómeno e entender se implica, necessariamente, uma diminuição da liberdade (Milanovic, 2017; Piketty, 2013).

O mote desta dissertação é, em suma, a procura da liberdade, sob uma leitura da desigualdade enquanto força motriz para a sua não-concretização. Para corroborar esta inferência e responder às considerações levantadas no parágrafo anterior, tivemos de começar, necessariamente, por uma breve análise da liberdade. Mas para avançar, teremos de levantar outra que terá igualmente de ser esclarecida: o que é, em concreto, a desigualdade?

1.2. Desigualdade ou diferença?

A questão que dá origem ao título deste subcapítulo não é desprezável e é, tipicamente, um dos principais pontos de partida (e, muitas vezes, de chegada) quando se discute o que é a desigualdade. Considera-se, muitas vezes, que a desigualdade se circunscreve apenas à diferença entre os indivíduos ou, de uma forma indireta, ao resultado último dessas mesmas diferenças. Se assim o aceitarmos, então a desigualdade torna-se algo perfeitamente natural, porque a lotaria genética pela qual todos passamos é, como o próprio nome indica, parte da fortuna individual, não podendo responsabilizar-se ninguém pelo seu resultado. Com essa concepção em mente, qualquer luta por mais igualdade que contrarie a lotaria genética será sempre

algo contra-natural, pois estará a violar a formação basilar dos indivíduos e a consequente constituição natural de qualquer sociedade.

Esta é a ideia central de algum pensamento liberal clássico, por exemplo, com Jeremy Bentham. Segundo este autor, a desigualdade e muitas das suas consequências, tais como a pobreza, miséria ou fome são naturais e decorrem da própria ordem espontânea. Disse-o de forma bastante clara ao descrever as famosas Leis dos Pobres¹: “a pobreza é a natureza que sobrevive na sociedade, a sua sanção física é a fome” (Polanyi, 2000). Esta afirmação, que não resume, de todo, o pensamento de Bentham, aparenta, contudo, ser bastante simplista. Além disso, com a informação existente hoje sobre toda esta temática, torna-se difícil suportá-la *ipsis verbis*.

Quando pensamos em características que fazem parte de nós como sendo advindas da nascença, graças à lotaria genética da nossa ascendência, tipicamente lembramo-nos de atributos físicos, como, por exemplo, a altura. Se os nossos pais forem baixos, é bastante provável que nós também o sejamos, porque o peso genético dessa determinação é relevante. Isto leva não só a uma idealização como até à expectativa que tal se possa vir a cumprir (não necessariamente com a altura, mas com outras características, por exemplo, a cor dos olhos). No caso particular, a lotaria genética pode bafejar-nos de sorte (ou não) e nascermos mais altos. Independentemente do resultado, e de forma mundana, pensa-se que tal coisa é, de facto, uma questão de sorte. Só que sabemos hoje que a altura é também dependente da alimentação da nossa mãe enquanto estamos no seu ventre, da que temos na infância, do exercício que fazemos e de inúmeras outras condicionantes socioeconómicas – em suma, depende do contexto que nos rodeia. Ora, isto choca com a inferência feita de que a diferença de alturas, essa desigualdade, seria puramente natural. O mesmo pode ser pensado e aplicado para outras coisas, mesmo aquelas que consideramos as mais naturais ou resultantes da lotaria genética – da força física à rapidez de pensamento, da capacidade para o raciocínio lógico à destreza manual, da habilidade de tomar decisões arrojadas a

¹ As leis dos pobres (*Poor Laws*) foram um conjunto de leis em Inglaterra que instituíam um sistema de ajuda social e de prevenção da mendicidade e pobreza. Com várias formulações, vigoraram desde a idade média até a meados do século XX.

decisões mais conservadoras. Sobre este último ponto, que pode não ser perfeitamente óbvio, Descartes é profundamente claro: “os pensamentos vagueiam por caminhos diferentes e não pesamos igualmente as mesmas coisas porque nascemos em contextos diferentes” (Descartes, 2008). Parece, portanto, que todas estas características, tendo por base pontos de partida inatos ou genéticos, encontram-se sempre mescladas com algo mais do que a desigualdade natural – com algo que não depende nem de nós nem da nossa lotaria.

Como podemos, então, discernir na desigualdade entre o que é natural, no sentido de advir da nascença, e o que não é? Esta discussão – que é muito mais do que mera semântica – pode ser facilitada se tentarmos dividir dois tipos de desigualdade entre os cidadãos: a natural e a socialmente construída. É, *grosso modo*, a divisão que Rousseau utiliza no seu “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens” (Rousseau, 2020). Esta divisão encontra-se longe de ser consensual. Não se pretende, também, nesta dissertação, balizar e estruturar completamente essa divisão. Contudo, a sua utilização, ainda que compreendendo várias matizes, interações e graus intermédios (que ultrapassam a simples dicotomia), torna-se útil.

Podemos tentar circunscrever a desigualdade natural, como Rousseau a entendia, ao conjunto das diferenças que nascem connosco, advinda de características biológicas, químicas, físicas e psicológicas inerentes a cada indivíduo. São o que fazem de nós mais altos, mais baixos, mais rápidos, menos rápidos, etc. – diferenças que não são de somenos e prendem-se, sobretudo, como dissemos, com a lotaria genética advinda da nossa ascendência. Rousseau dedica muito pouco tempo a esta desigualdade, praticamente descartando-a, não porque não a ache relevante para justificar as diferentes individualidades dentro da humanidade, mas sim porque não acredita que ela seja suficiente para validar as manifestações de desigualdade que observa na sociedade. Por isso, coloca o foco na segunda componente da desigualdade: a que advém das construções sociais (Rousseau, 2020).

A inferência de Rousseau faz ainda mais sentido se pensarmos que, como vimos atrás, mesmo as características à nascença, que numa primeira instância são designadas de “naturais”, estão fortemente dependentes do que sucede depois do nascimento e,

por conseguinte, não estão totalmente pré-determinadas pela lotaria genética. Este pensamento interligado com a inferência de Rousseau – muito dificilmente se explicam os níveis de desigualdade existentes somente porque alguém é naturalmente mais alto ou tem um raciocínio mais rápido em determinada área – leva-nos a concluir que esta componente natural tem um peso menor na estrutura da desigualdade moderna. E, por isso, talvez faça mais sentido chamar a esta desigualdade, tipicamente designada de natural, de diferença. Porque somos naturalmente diferentes, mas, mesmo dentro das nossas diferenças, podemos considerar que somos iguais.

Esta concepção conflui inteiramente com o pensamento de um autor que citamos anteriormente, La Boétie, quando nos diz que “a natureza, ministra de Deus e governanta dos homens, nos ter feito todos iguais. (...) ao fazer as partilhas dos dons que nos legou deus, mais a uns do que a outros, certos dons corporais e espirituais” (La Boétie, 1963). Mas nem pelo facto de ter deixado a uns mais do que a outros, como diz La Boétie, a natureza nos deixou ser desiguais. Se assim é, temos necessariamente de olhar para a outra componente da desigualdade que Rousseau aborda: a que é socialmente construída. Neste aspecto, o contratualista é bastante claro ao suportar a fonte da desigualdade no conceito de propriedade privada. A sua parábola de um primeiro homem – o original corruptor –, a cercar e a declarar como seu um terreno, ainda hoje é contada como origem da propriedade privada e, conseqüentemente, da sociedade e da desigualdade. “Quantos crimes, guerras e assassinatos, quantas misérias e horrores teria poupado ao humano aquele que, arrancando as estacas e cobrindo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: «Não ouçam esse impostor! Estarão perdidos se esquecerem que os frutos são de todos e a terra é de ninguém.»”, expõe Rousseau (Rousseau, 2020).

Esta parábola, ainda que uma simplificação para justificar a passagem do chamado estado natural para uma sociedade organizada em torno de um contrato social, é esclarecedora. Para Rousseau, os humanos são iguais no seu estado de natureza, assumindo inclusive a fábula do bom-selvagem, e tornam-se desiguais – e corruptos – com o advento da sociedade. Com isto, Rousseau não pede o retorno a uma forma de organização primitiva, não fosse ele um dos pais do republicanismo moderno.

Propõe, antes, uma mudança significativa das instituições e da organização social em torno de um contrato político e comunitário republicano, igualitário e democrático que combata a desigualdade instalada e criada pela própria sociedade (Rousseau, 2010).

Independentemente de aceitarmos a premissa de Rousseau na origem precisa da desigualdade, estamos em condições de concordar que uma grande parte da desigualdade não advém das diferenças naturais dos indivíduos, mas antes de construções sociais. Isto é, a desigualdade não é, sobretudo, o resultado da diferença dos indivíduos, mas das relações entre si, das relações com as instituições sociais (*lato sensu*) e da forma como estas foram erigidas e funcionam.

Desta forma, a desigualdade pode ter várias origens, dependendo da leitura feita em cada sociedade particular (quanto mais não seja porque as noções de igualdade são distintas). Para Rousseau, situava-se de forma clara na propriedade privada enquanto instituição fundamental da sociedade e agente de corrupção e opressão (Rousseau, 2020). Para outros, como é o caso de Bentham, é o resultado da naturalidade na sociedade, isto é, são resquícios do ser humano no seu estado natural numa sociedade complexa (Polanyi, 2000). Para outros ainda, a desigualdade é o resultado inevitável do “processo de mercado como um mecanismo coordenador de incentivos” (Alfani, 2021). A origem da desigualdade não é una, consensual ou até, em muitos casos, balizada. A discussão exige, de alguma forma, uma definição mais orientada sobre o que é, em concreto, a desigualdade, que esmiúce múltiplas dimensões, permita explorar várias valências, que possa, inclusive, ser declinada para algo mais mensurável, antes que se possa responder à questão sobre a sua origem. Assim sendo, tendo em conta este desafio, e tudo o que foi referido previamente, estamos em condições de a definir.

Podemos dizer que a desigualdade se refere à distribuição desigual de recursos, direitos, oportunidades ou poderes. Ou seja, existe desigualdade quando estas valências (e outras que se possam considerar relevantes) não estão distribuídas de forma homogénea e justa, muito para além do resultado prático das diferenças naturais entre os indivíduos.

É necessário salientar que esta definição de desigualdade tem por base a concepção de que a sua origem e entendimento não são unos, imutáveis ou coesos: na realidade, são manifestações de um determinado tempo e espaço. Ter presente esta consideração é fundamental para podermos avaliar correctamente um mesmo fenómeno em múltiplos contextos e épocas. A definição apresentada considera, também, que a desigualdade não se manifesta apenas de uma só forma, como por exemplo a económica, tipicamente o principal foco quando falamos deste tema. Pelo contrário, entende a desigualdade como algo complexo, que permite matizes, sobreposições, omissões ou confluências. Além disso, é uma visão de desigualdade focada, essencialmente, nos meios. Em suma, é uma visão de desigualdade multidimensional e interseccional, que olha para vários prismas que se cruzam, influenciam e reforçam mutuamente.

Podemos também ligar esta definição de igualdade à de liberdade apresentada no sub-capítulo anterior e perceber que se mesclam bem, permitindo responder parcialmente a uma pergunta previamente elencada: a desigualdade existente na sociedade pode ser, de facto, um indício de uma sociedade não inteiramente livre, aos olhos de uma concepção da liberdade enquanto não-dominação.

Dito isto, podemos partir para o nosso desafio de estudar a desigualdade enquanto impedimento à concretização da liberdade. Se assim o é, entender porque a desigualdade subsiste na sociedade, quais as suas forças motrizes e o que a justificam é essencial para balizar o problema. Todavia, antes de nos podermos debruçar sobre o tema em concreto, teremos primeiro de perceber como podemos avaliar a desigualdade, bem como fazer uma pequena historiografia. É o que faremos nos próximos subcapítulos.

1.3. Métricas comuns

A desigualdade, como vimos anteriormente, liga-se à nossa definição de liberdade. Subjacente a isso, encontra-se a tese de que para atingir um estado de não-dominação, pilar essencial da nossa definição de liberdade, é necessário que os

indivíduos não estejam em situações de desigualdade que possam resultar numa dominação que atente à sua liberdade. Desta inferência salienta-se um problema: como aferir que os indivíduos não estão numa situação de desigualdade tal que permita que a liberdade possa ser comprometida? Como medir a desigualdade?

Olhemos para a definição operacional de desigualdade apresentada no subcapítulo anterior. Dissemos que a desigualdade se referia à distribuição desigual de recursos, direitos, oportunidades ou poderes. Esta definição é multidimensional, o que facilita a sua utilização em vários contextos, realidades e épocas. Assim sendo, pode ser declinada para métricas que possibilitam a comparação, com algum grau de confiança, da desigualdade em vários momentos da História e lugares do planeta.

Todavia, existem alguns problemas na passagem da definição para a quantificação. Existem algumas dimensões apontadas cuja avaliação não é simples ou até possível, como por exemplo a distribuição de poderes. Como medir a desigualdade de poderes numa sociedade? Que tipo de poderes falamos? Como avaliar o grau desses poderes e como se relacionam? Estas questões, não sendo de somenos, revelam uma dificuldade inerente à avaliação da desigualdade: como garantir que estamos, efectivamente, a captar uma desigualdade real e não uma visão limitada, adulterada ou subjectiva?

Também por isso é que, tipicamente, quando falamos de desigualdade, pensamos, sobretudo, na vertente económica. Normalmente, os dados são expressos em algum tipo de unidade de conta ou moeda, o que garante a facilidade da sua medição, a clareza e a objectividade (ao contrário de casos como “poder” que são, até certo ponto, subjectivos ou susceptíveis a interpretações). No entanto, podemos dizer que esta forma de desigualdade, pelas suas vantagens e facilidades, tende a obliterar todas as outras manifestações de desigualdade. A supremacia de uma forma de desigualdade sobre outra tende a gerar várias tensões, assim como omite várias considerações relevantes para o seu estudo. Por isso, o foco desmedido em apenas uma métrica é errado, sobretudo quando entendemos a desigualdade como algo multi-causal e que se manifesta de múltiplas maneiras.

Vejamos, por exemplo, um dos indicadores mais comuns para medir a desigualdade: o rendimento. Se decidir trocar o meu emprego por outro que me satisfaça muito mais, mas no qual sou remunerado a metade do que anteriormente, num qualquer indicador de desigualdade de rendimento estarei numa situação bastante pior. Todavia, poderei estar muitíssimo mais feliz do que antes, algo que não é captado, de todo, por este indicador. Apesar da existência de indicadores que tentam medir a felicidade, que possuem fragilidades ainda maiores (a começar pela questão “o que é a felicidade?”), a leitura real dos vários indicadores não nos permite fazer estas inferências com robustez, ainda mais quando passamos de um ponto de vista agregado para o indivíduo (Kahneman & Krueger, 2006; Nguyen & Le, 2021). Ainda assim, o ponto relevante a salientar neste exemplo é que a desigualdade que mediríamos seria o resultante de uma escolha deliberada e consciente. Isto corrompe a análise típica da desigualdade, que aglutina os vários grupos sociais e tenta extrair da totalidade uma relação de causalidade directa (por exemplo, ligar directamente a desigualdade ao infortúnio e não a escolhas deliberadas dos indivíduos).

Este é apenas um mero exemplo circunstancial, e que não quer, de todo, desconsiderar o contexto no qual os indivíduos fazem escolhas. No entanto, salienta uma consideração fundamental em qualquer estudo da desigualdade: existem desigualdades medidas que não são, necessariamente, iníquas, pois resultam de escolhas conscientes e não permitem tirar considerações sobre a realidade dos vários indivíduos que as fazem. Com isto não queremos dizer que, no caso particular da distribuição de rendimentos, os indivíduos em decís mais elevados (ou seja, os que possuem mais rendimentos) não possam ter uma vida mais desafogada e que, muitas vezes, os obtêm não pelas escolhas que fizeram ao longo da vida, mas pelas circunstâncias que não determinam: admitimos que isso é, tipicamente, a norma (Piketty, 2013). Contudo, as extrapolações que se fazem, como a da conquista da felicidade, já não são unânimes (Berisha et al., 2025).

É impossível determinar ou discernir entre desigualdades que resultam ou não de escolhas deliberadas dos indivíduos e quais delas não seriam iníquas. Isto ocorre não apenas pelo volume dos dados, como implicaria uma definição e concepção do que é,

necessariamente, uma desigualdade iníqua, bem como considerar várias matizes e zonas cinzentas. Ainda assim, ter em consideração estas fragilidades, bem como os problemas de concepção dos indicadores, é o mínimo que se exige para uma análise séria, criteriosa e intelectualmente honesta.

Porém, avaliar múltiplos contornos da desigualdade, impactos em diferentes sociedades e contextos ou reforços mútuos ultrapassaria largamente o âmbito desta dissertação (abre-se a oportunidade para trabalhos futuros que a complementem nesse sentido). Além disso, alguns indicadores possuem problemas metodológicos assinaláveis, o que exigiria uma contenção e um tratamento significativo para garantir uma utilização correcta e justa. Assim, é importante recorrer a métricas amplamente difundidas e estudadas (Piketty, 2023). Nenhum indicador ou métrica é perfeita, no sentido em que não capta totalmente uma realidade complexa por forma a esclarecer todos os seus contornos – todos os indicadores, por mais mérito que tenham, ocultam inúmeras matizes, partes ou facetas. Por isso, a utilização conjunta de vários em simultâneo é um caminho mais realista e sério de tentar captar uma expressão de um fenómeno complexo como é a desigualdade. Todavia, isto nem sempre é suficiente. Mesmo tendo em conta que a utilização de vários indicadores será sempre uma leitura mais abrangente, não deixa de ser de apenas parte do todo, uma leitura contextual, particular e parcial. Neste ponto, a própria escolha dos indicadores não é indiferente: pode alargar ou restringir este escopo.

Como referimos acima, teremos de focar em apenas alguns indicadores que, por um lado, sendo amplos e disponíveis, são também mais objectivos. Alguns, pela sua natureza, permitem extrair algumas inferências sobre outros, pela abrangência, metodologia e capacidade de análise (Piketty, 2013). Dois deles, nos últimos tempos, e após o primeiro grande trabalho de Thomas Piketty, “O Capital no século XXI”, têm captado a atenção dos principais investigadores e especialistas do tema: a desigualdade de rendimentos e a desigualdade de património/riqueza (Milanovic, 2017; Piketty, 2013, 2020). Estes dois indicadores, amplamente difundidos em todos os estudos sobre o tema, tornaram-se centrais para avaliar a desigualdade, não apenas do ponto de vista económico, mas também como ponto de partida para múltiplos prismas, pois fornecem

informações relevantes para além da leitura económica (com as limitações que fomos discutindo) (Piketty, 2023).

Também por se terem tornado centrais, muitas vezes eclipsam outros indicadores relevantes ou importantes para captar zonas não visíveis nestes estudos mesmo dentro do prisma económico. Existem muitos outros indicadores para avaliar a desigualdade que, normalmente, são preteridos, como é o caso do consumo (Attanasio & Pistaferri, 2016). A desigualdade de consumo é um indicador que pode matizar e densificar o estudo dos dois indicadores mais comuns, ao procurar captar a desigualdade nas finalidades (ou seja, através das acções dos indivíduos). Contudo, como os próprios autores tipicamente admitem, obter dados de consumo é algo complexo e os vários relatórios ou fontes são contraditórios, o que, normalmente, diminui a qualidade dos estudos feitos (Attanasio & Pistaferri, 2016). Por todas estas dificuldades e pela abrangência e disponibilidade de dados, foquemo-nos nos indicadores mais comuns.

A desigualdade de rendimentos avalia a distribuição dos rendimentos numa dada economia e determina a sua iniquidade. Tipicamente, encontramos estes dados em gráficos nos quais se dividem os indivíduos em decis ou em grandes grupos: os 50% mais pobres, os 40% seguintes e os 10% mais ricos. Esta divisão tem a vantagem de permitir avaliar, de forma rápida, a concentração de rendimento num dado momento. Naturalmente, esta aglutinação de dados pode ocultar ou mascarar diferenças significativas (que são, tipicamente, mais acentuadas nos extremos da distribuição). Por isso, a avaliação deve ser feita de forma o mais abrangente possível para que se evitem interferências de maior. Além disso, existem outros indicadores comuns, resultantes da declinação da distribuição de rendimentos, como é o caso do índice de Gini, que avalia o quanto a distribuição se afasta da igualdade absoluta (Milanovic, 2017).

A desigualdade de património ou de riqueza avalia a distribuição do capital existente numa economia. Normalmente, estes dados encontram-se também divididos em gráficos por decis ou grandes grupos, tal como na distribuição de rendimentos. Contudo, as diferenças nos extremos da distribuição de património tendem a ser ainda

mais acentuadas, pois a concentração de capital é maior do que a de rendimentos (algo a ser discutido no capítulo seguinte e ao longo da dissertação) (Piketty, 2013).

É interessante conceber estes dois indicadores como complementares. Isto é, podemos entender os rendimentos como fluxos na economia e o património como *stocks*. Não sendo, necessariamente, dois lados de uma mesma moeda, é relativamente evidente que ambos se alimentam mutuamente: rendimentos elevados tendem a levar a concentrações de capital, assim como elevados montantes acumulados geram rendimentos significativos (Piketty, 2020). Por isso, o seu estudo em conjunto não só permite tirar várias ilações como é complementar.

Durante muito tempo, os dados dos rendimentos e dos patrimónios encontraram-se dispersos por vários institutos nacionais e, muitas vezes, eram incompletos ou omissos em alguns parâmetros, o que sempre dificultou a sua avaliação. Nas últimas décadas tem havido um esforço por parte das entidades de contabilidade nacional para aumentar tanto a informação disponível, como a qualidade da mesma. Ainda assim, existem casos em que os dados são relativamente fracos, como é o caso dos países sub-desenvolvidos (Piketty, 2020).

Os trabalhos de Thomas Piketty e da sua equipa foram essenciais para sistematizar e densificar os dados destes dois indicadores em vários países do Ocidente. Além disso, em vários trabalhos complementares, séries mais longas foram estudadas, assim como um alargamento dos países estudados, o que possibilitou análises mais prolongadas no tempo e no espaço. Todavia, estes dados sofreram alguma contestação, sobretudo pela sua magnitude ou pelas inferências feitas pelos próprios investigadores (Delsol et al., 2017; Manish & Miller, 2021). Uma parte significativa das críticas refere-se à qualidade e/ou tratamento dos dados. Tais críticas não invalidam, necessariamente, as principais conclusões ou tendências apresentadas, mas requer que se tenha algum cuidado sobre a dimensão e a taxatividade das afirmações resultantes dessa análise.

Após fazermos um pequeno caminho sobre como olhar e mensurar a desigualdade, e antes de nos debruçarmos sobre uma perspectiva inovadora sob a qual podemos enquadrar a desigualdade, no próximo sub-capítulo faremos uma pequena

história da sua evolução. Veremos que houve momentos da história em que a desigualdade foi menor do que noutros e quais as principais explicações para tal fenómeno.

1.4. Métricas comuns

Para atestar a desigualdade enquanto força-motriz para a não concretização da liberdade, temos, inevitavelmente, de fazer uma breve historiografia da sua manifestação, tendo em conta os indicadores referidos no sub-capítulo anterior. Este estudo servirá, posteriormente, no terceiro capítulo, de âncora entre as tendências da desigualdade e o enquadramento pelo qual a queremos estudar.

São múltiplos os dados, as estatísticas e os estudos que evidenciam que a desigualdade está hoje a aumentar. Neste aspecto, os trabalhos de Thomas Piketty são claros: a desigualdade de rendimentos e património está a retornar a níveis apenas vistos aquando do período mais desigual da era moderna, a *Belle-Époque* (*grosso modo*, o período que antecedeu a 1ª Guerra Mundial) (Piketty, 2013, 2020). Contudo, noutros indicadores, não tão difundidos ou estudados, é possível admitir uma compressão, como no caso da desigualdade de género ou de consumo (Piketty, 2023) (Attanasio & Pistaferri, 2016).

Consideramos, contudo, que a desigualdade não é um fenómeno recente, seja do ponto de vista da sua existência, seja pela sua preocupação. É possível argumentar que existe desigualdade desde que existem sociedades minimamente complexas, para além do seio familiar pré-histórico, e a preocupação com ela foi mote para filósofos, políticos e estudiosos ao longo dos tempos. É o que nos diz, por exemplo, Alfani, quando mostra que sociedades agrícolas em 10.000 A.C. a desigualdade já existia em dimensão significativa e isso era tido como um problema (Alfani, 2021).

Ter isto em conta não significa que consideremos a desigualdade um fenómeno natural, como já o abordamos anteriormente. Podemos argumentar que a desigualdade em sociedades primitivas advém, sobretudo, das diferenças naturais entre os indivíduos. Independentemente dessa discussão, estamos em crer (e os estudos comprovam) que

os níveis de desigualdade existentes nas sociedades modernas ultrapassam largamente esse ponto (que nunca seria fixo ou, inclusivamente, definido), o que justifica o seu estudo enquanto fenómeno social, ainda mais quando existem dados que evidenciam o seu crescimento (Bowles & Fochesato, 2024).

Com a excepção de algumas inferências, com dados indirectos, sobre a distribuição de rendimentos e património para séries muito longas, os indicadores só começam a ser fidedignos e robustos no século XIX, particularmente nos países europeus, em que os registos já eram mais avançados (Piketty, 2013). Por isso, a nossa análise prender-se-á, sobretudo, com esses países e focar-se-á no período posterior ao final do século XIX.

O gráfico 1 mostra a distribuição de rendimento dos 10% mais ricos em alguns países ao longo de todo o século XX e no início do presente século (Piketty, 2020). É possível verificar que esta teve, em geral, um pico até à primeira grande guerra, em que a distribuição era extremamente desigual (podemos pensar que, na média dos países europeus escolhidos, perto de 50% dos rendimentos estavam alocados a apenas 10% das pessoas), e que ocorre uma queda aquando dessa mesma guerra. A queda abrupta no rendimento dos 10% mais ricos ocorre durante a primeira guerra, e até meados dos anos 20, devido a, sobretudo, dois grandes fenómenos: destruição de capital físico e inflação (Piketty, 2020). A destruição de capital físico (a maioria, à época) fez com que os rendimentos dessa proveniência (juros, rendas, etc.) diminuíssem. Estando estes concentrados nos mais ricos, é normal a diminuição da desigualdade por esta via. A inflação reduziu também o valor dos activos (financeiros e não só), o que diminuiu o rendimento real dos mais ricos, permitindo uma diminuição da desigualdade. Contudo, logo depois, no período entre-guerras, ocorre alguma recuperação dos níveis desiguais de rendimento, numa espécie de “regresso à normalidade”. A segunda grande guerra obriga a uma distribuição maior, seja pelos fenómenos ocorridos anteriormente, seja pelo agravar das condições em todos os países envolvidos nela. Logo após a segunda guerra, encontramos um período em que a desigualdade se mantém em níveis bastante inferiores à normalidade anterior. Esse período durou cerca de 30 anos, até ao início da

década de 80, em que a alocação de rendimento ao decil superior começa novamente a subir, a ritmos diferentes consoante os países e realidades.

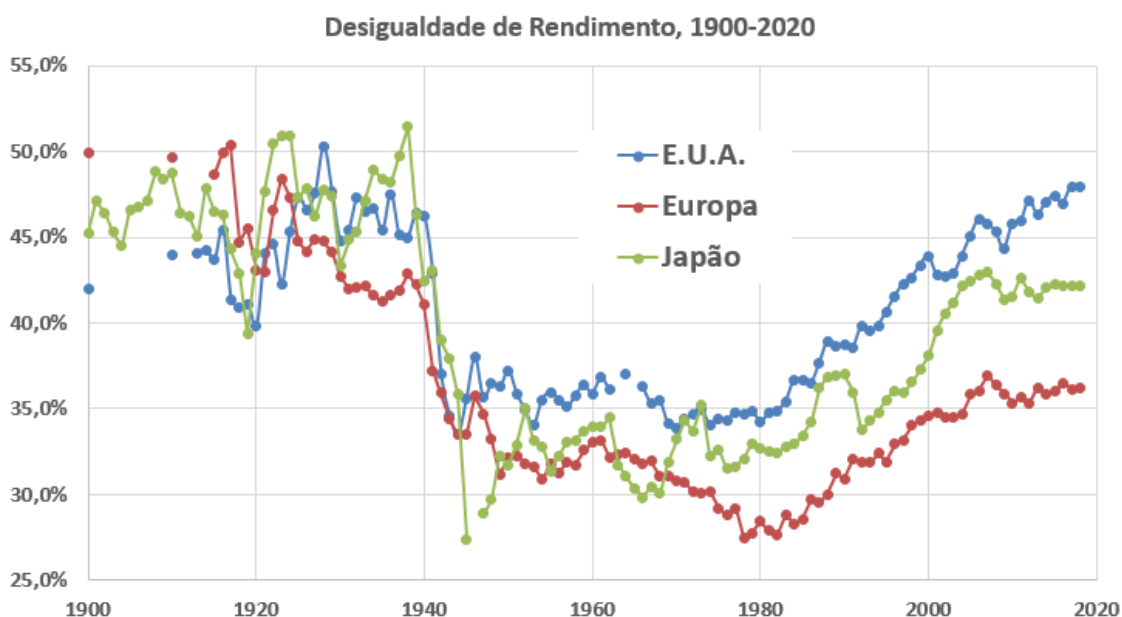


Gráfico 1 - Desigualdade de Rendimento ao longo do século XX e início do XXI nos Estados Unidos da América, no Japão e na média de vários países europeus. Dados obtidos através de Thomas Piketty (Piketty, 2020).

Olhemos agora para o outro indicador abordado – a desigualdade de património – para perceber se o fenómeno acontece de forma idêntica. O gráfico 2 mostra a distribuição de património para o decil mais rico ao longo do século XX e início do presente século, em vários países da Europa e nos Estados Unidos (Piketty, 2020). Podemos verificar, logo à partida, que a escala dos dois gráficos é distinta: a desigualdade patrimonial é muito superior à de rendimentos. Esta é uma constatação importante a fazer e notada pelos principais estudos sobre este tema – a desigualdade patrimonial sempre foi superior à de rendimentos (Piketty, 2013). É, contudo, fácil de perceber que assim seja: todas as pessoas necessitam de um rendimento mínimo para subsistir. Uma sociedade pode suportar, bem ou mal, níveis de concentração patrimonial de 90%, como acontecia na maioria dos países no início do século XX, mas

não suportam o mesmo para os rendimentos, excepto se o rendimento total for bastante elevado.

Verificamos uma tendência similar quanto à desigualdade patrimonial: no seguimento da primeira guerra mundial ela diminui e cai abruptamente durante e após a segunda-guerra mundial, atingindo um mínimo histórico entre a década de 70 e 80, voltando depois a aumentar, a ritmos diferentes consoante os diversos países.

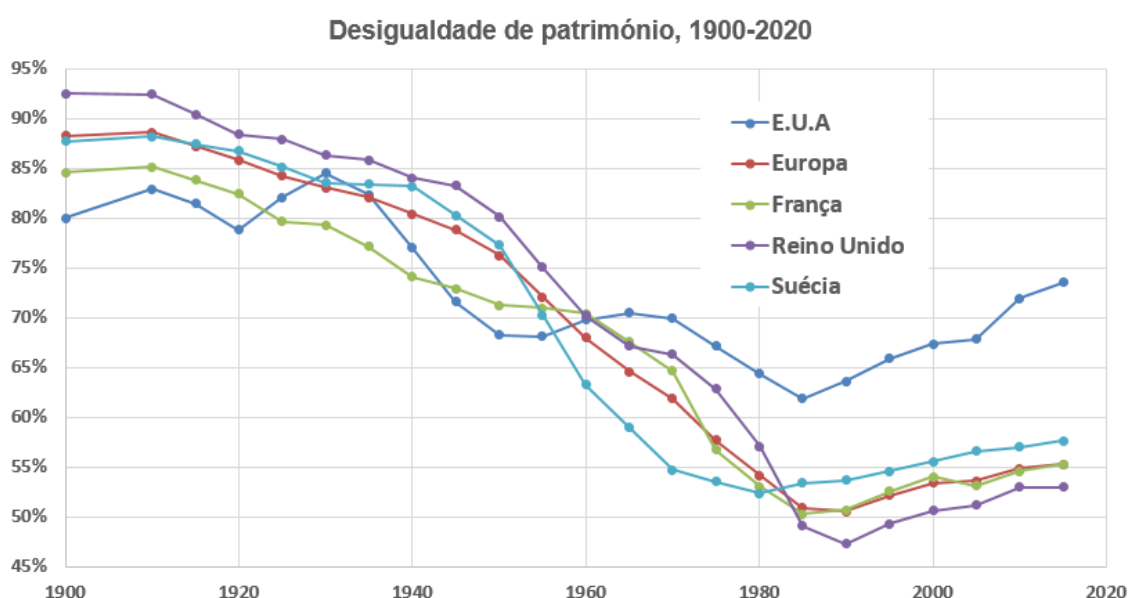


Gráfico 2 - Desigualdade de património ao longo do século XX e início do XXI nos Estados Unidos da América e em vários países europeus, bem como da sua média. Dados obtidos através de Thomas Piketty (Piketty, 2020).

Esta tendência de aumento da desigualdade é ainda mais notória com uma curva muito conhecida por “curva do elefante”, representada o gráfico 3. O que esta figura nos mostra é o crescimento do poder de compra real dos vários percentis mundiais (com todos os riscos que esta análise tem do ponto de vista da fiabilidade dos dados) desde 1980. O que se verifica é que até ao percentil 50 existe um crescimento moderado do poder de compra, decorrente do aumento da capacidade dos cidadãos dos países emergentes, com a China a ter um papel relevante aqui. De seguida, os 40 percentis seguintes, grosso modo, as classes baixas e médias apresentam um crescimento pouco

significativo. Em contraste, as classes mais ricas, e em particular o 1% mais rico (e o 0,1% ainda mais) têm ganhos estratosféricos por comparação. Na realidade, o 1% mais rico capturou 27% do crescimento total, por contraste com os 50% mais pobres que capturaram apenas 12% desse mesmo crescimento.

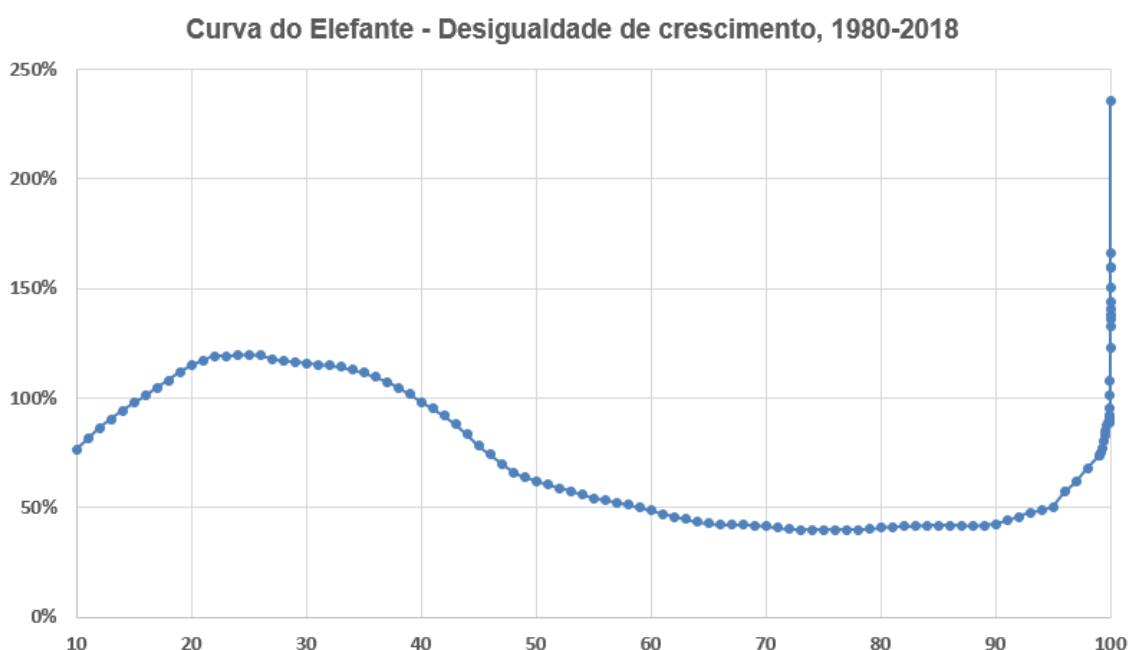


Gráfico 3 - Desigualdade mundial de crescimento nos últimos 40 anos (curva do elegante). Dados obtidos através de Thomas Piketty (Piketty, 2020).

Como dissemos anteriormente, os dados apresentados não estão isentos de alguma polémica e contestação, sobretudo do prisma da magnitude. Ainda assim, não são descartados enquanto indícios de tendências que ocorrem. Neste sentido, são vários os estudos utilizando outras fontes, metodologias, cálculos e orientações que salientam as mesmas conclusões: a desigualdade de rendimentos e de património diminuiu significativamente com a segunda-guerra mundial, nos países ocidentais. Posteriormente, manteve-se em mínimos históricos até meados dos anos 70 e depois tornou a aumentar (Database, 2025; Milanovic, 2017).

Todavia, mais do que discutir e esmiuçar os valores apresentados com detalhe, o nosso propósito é entender as tendências que aconteceram ao longo da história: o

que justificou estas mudanças? Porque é que a desigualdade nuns períodos aumenta ou diminui? O que garante a sua manutenção? O que justifica este crescimento desigual em montantes tão significativos? O que gera estas tendências? O que aconteceu, por exemplo no período pós-segunda guerra mundial?

Uma hipótese inovadora e interessante que podemos apresentar é a da desincrustação social, uma tese apresentada e explorada por Karl Polanyi no seu *magnum opus* “A Grande Transformação”. Segundo Polanyi, a desincrustação social pode ser definida como o desagregar das esferas económicas das políticas e sociais (Polanyi, 2000). Sugerimos que a desincrustação social é um motor relevante para o crescimento da desigualdade e, pelo contrário, a incrustação é uma forma de garantir a sua diminuição. É o que faremos, com maior densidade, no terceiro capítulo. Por agora, abordaremos o enquadramento do *magnum opus* de Karl Polanyi, esmiuçaremos em concreto o que é a desincrustação social e as suas tensões.

2. A Grande Transformação

2.1. Breve biografia de Karl Polanyi

Começamos esta breve biografia de Karl Polanyi por admitir alguma dificuldade na sua definição. Karl Polanyi foi um autor eclético, diversificado, complexo e cuja obra tocou em tantas áreas que defini-lo como mero economista, filósofo, sociólogo ou socialista é redutor. Nasceu em 1886 em Viena, mas passou a maioria da sua infância na Hungria. Estudou Direito e Filosofia e desde cedo se interessou por política: foi dirigente estudantil e fundou grupos de círculos, sessões e palestras sobre a democracia, formação de trabalhadores e afins (Polanyi, 2021a).

No final da Primeira Guerra Mundial, em 1919, Polanyi regressa a Viena, no seguimento da tomada de posse de um governo marcadamente conservador. Este período foi fundamental para aprimorar o pensamento político de Polanyi – em plena Viena Vermelha, libertou o seu potencial para os inúmeros debates do socialismo que ocorriam. Falamos de uma época em que diferentes correntes socialistas – marxistas-leninistas, austro-marxistas, sociais-democratas – se digladiavam, por vezes de forma destrutiva. Polanyi desde logo aproximou-se do socialismo corporativo ou de guilda (*guild socialism*), uma visão de socialismo que rejeita a centralização da sociedade, como no caso do planeamento central associado ao marxismo clássico, e em que o processo de mercado deveria basear-se em associações de interesses colectivos – no caso, entre associações de trabalhadores representando produtores e cooperativas representando consumidores (Polanyi, 2021a). Pese embora se tenha definido como marxista, esta visão de socialismo, assim como as suas grandes referências serem pensadores como Robert Owen, Otto Bauer e Max Adler, tornam-no mais próximo do pensamento libertário e social-democrata. Tal é particularmente notório pela sua rejeição ao marxismo-leninismo, ao planeamento central e ao seu interesse pela vivacidade da democracia (Baptista, 2018; Polanyi, 2021a, 2021b).

Neste ambiente estimulante, Polanyi entra no chamado debate do cálculo, um confronto que animou os loucos anos 20, entre socialistas e austríacos, sobre a possibilidade económica do socialismo. Polanyi e Mises trocaram alguns artigos, em que

Polanyi argumentou que o socialismo funcional (uma visão aprimorada do socialismo de guilda) permitiria que se organizasse uma economia socialista em que a democracia e a eficiência económica e social se reforçariam mutuamente.

Em 1924, Polanyi começa a trabalhar na revista *Der Österreichische Volkswirt*, uma das mais importantes revistas de economia e finanças da Europa da época (Polanyi, 2021a). É durante a sua estadia nesta revista que aborda os grandes problemas da época, da grande depressão à ascensão do fascismo, tema ao qual dedicou vários artigos e estudos. É neste período que começam a ferver as ideias para o seu *magnum opus*, “A Grande Transformação”. Com a proliferação do fascismo pela Europa continental, a perseguição aos movimentos socialistas e ao Partido Social-Democrata Austríaco, e sendo oriundo de uma família judaica, em 1933 radica-se em Londres, continuando como correspondente estrangeiro da mesma revista. Em 1938, na sequência da anexação da Áustria pelo regime nazi de Hitler, termina o seu contrato com a revista na qual trabalhava. Também nas décadas 30 e 40 realiza uma série de conferências nos Estados Unidos, país no qual foi investigador convidado entre 1940 e 1943.

Em 1947, aceita um lugar como Professor na Universidade de Columbia, lugar que lhe permitiu dedicar tempo, espaço e recursos ao trabalho pelo qual foi reconhecido mundialmente. Em “A Grande Transformação”, Polanyi faz uma abordagem multidisciplinar aos fenómenos sociais, económicos e políticos decorridos desde a Revolução Industrial. Para Polanyi, a Revolução Industrial não foi uma mera mudança tecnológica que ocorreu na sociedade – consistiu no início da extensão do sistema de mercado a todas as esferas da vida humana (Polanyi, 2021b). Neste trabalho, que é um dos pilares desta dissertação, Polanyi analisa a estrutura do capitalismo a partir do século XIX, de uma perspectiva institucionalista, isto é, de uma perspectiva que concebe que o funcionamento da economia depende das instituições sociais, e como a lei da oferta e da procura passou a determinar autonomamente a afectação e a remuneração de todos os factores da vida social, nomeadamente o trabalho, a terra e a moeda (Polanyi, 2000). Desta autonomia do mercado (e da sua supremacia sobre a vida social e política), Polanyi argumenta que se criaram as bases para a ruptura da vida em

comunidade, levando, em última instância, ao surgimento de movimentos fascistas e totalitários na Europa.

Após a publicação d’*“A Grande Transformação”*, em 1944, no fim da segunda-guerra mundial e no princípio da Guerra-Fria, e no início da perseguição socialista nos Estados Unidos, é-lhe recusada a entrada permanente no país, obrigando-o a radicar-se em Toronto, no Canadá, local onde viria a falecer em 1964 (Polanyi, 2021a).

2.2. O enquadramento Polanyiano d’A Grande Transformação

Como dissemos, o *magnum opus* de Karl Polanyi é, indiscutivelmente, *“A Grande Transformação”*. Um dos sucessos deste livro é a sua abordagem eclética, o que, tal como ao seu autor, torna difícil a sua definição: não é bem um livro economia, não é bem uma análise histórica, não é bem um estudo sociológico ou antropológico. A beleza d’*“A Grande Transformação”* consiste no mesclar simultâneo de todas estas áreas, cruzando valências, métodos e formas de abordar um mesmo fenómeno. Contudo, isso é também um dos seus insucessos: justamente por não ser perfeitamente definida, durante vários anos, foi preterida pelas diversas áreas, seja por extravasar cada uma das suas esferas, seja por, por exemplo, considerar-se que não se aplicaria a alguns casos, como os Estados Unidos (Kubik, 1992).

Polanyi concluiu *“A Grande Transformação”* no pós-segunda-guerra-mundial, mas parte das ideias subjacentes à sua tese principal já se encontravam nos seus artigos anteriores, sobretudo aqueles da década de 20 e 30, quando sente o embate e as consequências, tanto da primeira guerra mundial, como da Grande Depressão. Hoje, Polanyi e esta obra tornam a ter relevância, por várias razões. Primeiro, porque vivemos num momento de desigualdade crescente, como vimos no capítulo anterior, algo que pode justificar um retomar a temáticas d’*“A Grande Transformação”*, bem como uma análise através de um enquadramento polanyiano. Segundo, porque o recrudescimento dos movimentos totalitários e ditatoriais nos países ocidentais, movimento essencialmente adormecidos desde o fim do período dourado da social-democracia, pode ser explicado pelos fenómenos que Polanyi descreve neste livro (Mattei, 2022).

Terceiro, porque a transformação que Polanyi aborda é similar à que existe hoje em vários países, nomeadamente os que estão em vias de desenvolvimento, como disse Joseph Stiglitz (Polanyi, 2000).

“A Grande Transformação” encontra-se dividida em quatro partes: as duas primeiras constituem uma análise histórica aos acontecimentos e mudanças nas sociedades modernas durante e após a Revolução Industrial; a terceira densifica os principais conceitos polanyianos (desincrustação social, mercadorias fictícias e duplo movimento); e a última parte pode ser lida como uma resposta, de pendor socialista, ao “Caminho para a Servidão”, de F.A. Hayek, partindo dos argumentos solidificados nos capítulos precedentes.

O âmbito deste livro é claro desde o início: “a nossa tese é que a ideia de um mercado capaz de se auto-ajustar é uma utopia. Semelhante instituição não pode existir duradouramente sem aniquilar a substância natural e humana da sociedade; destruiria fisicamente o homem e transformaria o seu meio ambiente num deserto”. Segundo Polanyi, a criação de um mercado capaz de se auto-ajustar, isto é, um mercado auto-regulado como pilar fundacional da sociedade, seria o início da destruição da humanidade. De acordo com Polanyi, assim foi, pois considera que as tragédias humanas ocorridas no século XX, da miséria à desigualdade, das rupturas sociais à primeira guerra mundial, foram consequência deste fenómeno.

Mas o que é, em concreto, a tese de um “mercado auto-regulado”? A isto, Polanyi responde de forma clara: “é uma economia dirigida pelos preços do mercado e só pelos preços do mercado. Um sistema que se mostre capaz de organizar a totalidade da vida económica sem o concurso ou a interferência do exterior merecerá sem dúvida que lhe chamemos auto-regulado” (Polanyi, 2000). *Grosso modo*, é aquilo que hoje podemos chamar comumente de mercado livre: um sistema em que os mercados se regem pelos preços que advêm do seu próprio processo descentralizado, sem interferência ou controlo externo, seja ele político, social ou cultural. Naturalmente, muitos bens sofrem hoje restrições quanto à sua comercialização ou, então, têm uma orientação (ou até mesmo definição) quanto ao seu preço – o mesmo acontecia na época de Polanyi e, podemos dizer, em praticamente toda a humanidade. Contudo, a

sua crítica não se refere ao facto de alguns bens serem ou não transaccionados no mercado, mas sim a que o fenómeno do mercado auto-regulado se tenha alargado a múltiplas esferas, algo que considera sem precedentes.

Mesmo com esta definição de Karl Polanyi, esta discussão torna-se um pouco complexa sem uma definição ou – talvez mais próximo do objectivo – orientação sobre o que é, concretamente, um mercado. Para tal, teremos de sair do escopo d’*“A Grande Transformação”*, por breves instantes, e dedicarmo-nos a resolver este impasse sobre a ontologia do mercado: o que quer Polanyi dizer quando nos fala de “mercado”? Refere-se apenas às feiras e sítios onde comumente compramos e vendemos bens?

Existem várias definições de “mercado”. Muitas são distintas, não por serem, necessariamente, concorrentes, mas porque várias cátedras e áreas de estudo necessitam trabalhar com este conceito complexo (Fligstein & Dauter, 2007). Neste sentido, muitas destas definições são, na realidade, complementares, pois ao incluírem perspectivas, visões e focos distintos, permitem uma análise ou entendimento mais completo sobre um conceito tão complexo (Fligstein & Dauter, 2007).

Segundo alguns autores, o mercado pode ser entendido como “uma das formas de interacção económica pelas quais recursos são alocados” (Beumer et al., 2022). Esta definição é uma das mais difundidas e das mais utilizadas pela economia convencional. Tem a vantagem de, explicitamente, reconhecer outras formas de interacção económica e alocação de recursos, ao dizer que o mercado é apenas “uma das formas” (Beumer et al., 2022). Por exemplo, as heranças alocam recursos, tipicamente entre familiares, aquando da morte de um detentor de património, mas não podemos dizer que constituem um mercado. No entanto, esta definição de mercado é um pouco vazia na sua substância – peca pela sua simplicidade extrema. Esta definição não infere ou tenta dirimir sobre o que é, concretamente, um mercado: é um processo? É um fenómeno? É um local físico? Nenhuma destas questões tem resposta com esta definição.

Outra definição, que já nos orienta para algumas questões levantadas, é a de que um mercado é “um dispositivo no qual transacções são organizadas através de um conjunto de decisões individuais e autónomas” (Cayla, 2015). Esta definição já não é

vazia como a anterior. Diz-nos que o mercado é um dispositivo, ou seja, podemos dizer que possui uma visão instrumental para o mercado: é um instrumento, um mecanismo, pelo qual se organizam e fluidificam interacções económicas. Essas interacções são especificamente transacções, ou seja, trocas com fluxo monetário. Além disso, essas transacções são organizadas através do conjunto de decisões de indivíduos que são autónomos.

Contudo, alguns problemas persistem: apesar de nos aclarar um pouco sobre o que é um mercado, encerra em si uma visão demasiado instrumental do que são os mercados: será meramente um instrumento? Ou também é um processo? E um fenómeno? As transacções que ocorrem são apenas decorrentes ou organizadas pelos processos de decisão dos indivíduos? E o que significa, em concreto, serem autónomos?

Nenhuma destas definições parece encaixar bem na etiologia e ontologia de Karl Polanyi. Nenhuma delas infere sobre a origem dos mercados, algo relevante para o pensamento de Polanyi, e, quando o fazem, têm uma certa tónica naturalista, isto é, permite (e leva-nos) para uma inferência de que houve uma ordem natural e espontânea para o seu surgimento (Louçã & Mortágua, 2021). Karl Polanyi não concordaria com isto. David Graeber, conhecido antropólogo e anarquista, tem, contudo, uma etiologia bastante diferente da convencional. Segundo o antropólogo, os mercados são ferramentas e meios criados pelos Estados para que estes tirem proveitos das interacções económicas dos indivíduos (ou súbditos, no caso) (Cayla, 2015). Segundo Graeber, os mercados, na sua acepção moderna, foram criados politicamente pelos Estados enquanto ferramenta de controlo e de disseminação do seu poder pelas várias actividades da vida humana, para constituírem não só um elemento de repressão, mas também uma fonte de lucro e financiamento (Graeber, 2022a).

Esta etiologia, com as necessárias matizes e adequação, não é muito distinta da de Karl Polanyi, como veremos mais à frente quando discutirmos a origem do mercado auto-regulado. Além disso, esta etiologia abre espaço para a concepção – também muito explanada por Graeber – de outras formas de interacção económica, como a troca, a reciprocidade e as ofertas, com uma relevância e preponderância muito maior do que os mercados na história da humanidade (Graeber, 2022a). Polanyi parece pensar o

mesmo quando diz “os mercados nunca foram mais do que elementos acessórios da vida económica” (Polanyi, 2000).

Podemos, então, definir (não de forma totalmente fechada, mas como código de leitura para Polanyi) o mercado como sendo uma instituição ou estrutura composta por relações sociais, criada politicamente, que junta vendedores e compradores, e possui regras formais e informais de funcionamento (Fligstein & Dauter, 2007; Graeber, 2022a). Esta definição permite conceber o mercado como uma instituição social, politicamente construída e cimentada, que permite a alocação de recursos através de transacções, e serve como instrumento, mas também como estrutura social. As regras de funcionamento são formais e informais, isto é, podem ser claras, precisas e normativas, mas também definidas pela própria praxeologia das interacções, não estando escritas ou verbalizadas. Esta definição de mercado assenta na etiologia de David Graeber, mas também se alinha inteiramente à concepção de mercado de Karl Polanyi, pelo que servirá de pano de fundo ao resto desta dissertação.

Resolvida, ainda que em traços gerais, a questão “o que é um mercado?”, voltemos a Polanyi e à Grande Transformação. Para Polanyi, a situação de um mercado auto-regulado nunca tinha acontecido na história da humanidade até à modernidade. Sustentando-se em vários autores, antropólogos e historiadores da sua época, afirma: “o sistema de mercado é uma forma institucional que apareceu somente no nosso tempo e em mais nenhum” (Polanyi, 2000). Hoje, vários outros estudos corroboram, pelo menos em parte, esta afirmação, sejam os de David Graeber (que abordamos poucos parágrafos acima), sejam os do economista Ha-Joon Chang (Chang, 2022; Graeber, 2022a).

Com os estudos antropológicos da época, assim como as teses de Robert Owen (uma das suas maiores inspirações), Polanyi afirma, de forma simples, que “o ganho e o lucro obtidos através da troca nunca desempenharam, no passado, um papel importante na economia humana”. Com isto não nos diz que não existiam mercados ou que os ganhos não estavam incluídos no processo mental que levava à acção humana – Polanyi apenas coloca em causa a sua preponderância ou supremacia face a outros aspectos sociais, morais e culturais. Isto é evidente em frases como “a sociedade do

século XIX, que isolou a actividade económica e a imputou a uma motivação económica à parte, foi uma inovação singular” ou “em geral, o sistema económico era absorvido pelo sistema social” (Polanyi, 2000). Podemos afirmar, então, que até à modernidade, a vida social e económica através do mercado praticamente não existia e muito menos tinha uma relevância significativa, uma tese compartilhada por vários antropólogos e historiadores económicos, e, quando existia, continuava a responder a preceitos culturais, sociais ou políticos (Beumer et al., 2022; Graeber, 2022a). A supremacia do mercado enquanto forma primordial de interacção económica teve início em conjunto com a tese do mercado auto-regulado, segundo Polanyi: na Revolução Industrial. Diz o próprio: “sustentamos que (a Revolução Industrial) foi uma avalanche de desagregação social”. Para Polanyi, a Revolução Industrial constituiu, então, muito mais do que um período repleto de inovações técnicas e científicas: foi uma época marcada pelo início da alteração fundacional de todas as relações humanas – comunitárias, familiares, produtivas – com vista à supremacia do mercado sobre todas elas. É este o mote do seu livro: o estudo da alteração substancial das relações humanas, aquando da Revolução Industrial e do advento do capitalismo, bem como as suas consequências.

Podemos afirmar que, à luz de uma leitura polanyiana, até à Revolução Industrial, a economia, os mercados e as relações que hoje consideramos como económicas, estavam mescladas nas relações e normas sociais, culturais, políticas ou religiosas de uma dada comunidade. Para descrever isto, Polanyi utiliza o conceito de *incrustação*² (*embeddedness*): até ao advento da Revolução Industrial, a economia e as suas relações encontravam-se incrustadas em relações e normas sociais (Gemici, 2007; Polanyi, 2000). Isto é, as relações económicas, o seu jogo de forças e as suas interacções encontravam-se imbuídas em preceitos culturais e morais, eram reguladas e orientadas pelos poderes sociais e políticos existentes numa dada sociedade e não poderiam subsistir por si (Polanyi, 2000; Sardan, 2013). A economia não existia como esfera isolada da sociedade: era parte integrante da mesma. Polanyi diz isto de forma muito clara: “a economia humana existe envolvida pelas relações sociais que os seres humanos

² O conceito de *incrustação* será abordado com maior densidade no próximo sub-capítulo.

mantêm entre si” (Polanyi, 2000). Em suma, o que se entende por “grande transformação” é esta alteração substancial de toda a sociedade: a mudança para uma economia dirigida somente pelos preços de mercado, criada pelas lógicas de mercado (como a lei da oferta e da procura), externa e desconexa das componentes sociais, comunitárias e políticas.

A tese central de Polanyi é que o pano de fundo que sustenta os processos económicos são as instituições sociais, sejam elas políticas, culturais, morais ou religiosas – definição de economia incrustada, pilar essencial do substantivismo³ (Marchionatti, 2012). Um mercado auto-regulado é, como dissemos acima, uma forma de interacção económica em que os processos económicos são autónomos e não respondem a nenhuma instituição social, criando-se uma situação anómala nunca vista. Isto não significa que a economia, as suas facetas e lógicas, não tenham significância numa determinada comunidade: sempre tiveram uma importância fundamental em qualquer organização social. Polanyi apenas afirma que nunca existiu uma esfera autónoma da economia, isto é, sem estar imbuída (incrustada) em qualquer tipo de relação social: “poderá haver talvez quem sustente que a separação das duas esferas se opera em todos os tipos de sociedade e épocas. Mas trata-se de uma falácia. É certo que nenhuma sociedade pode existir sem um sistema de uma ou de outra espécie que assegure e ordene a produção e a distribuição de bens. Mas isso não implica a existência de instituições económicas separadas: normalmente a ordem económica é simplesmente uma das funções da vida social”, diz Polanyi. Ou seja, numa situação de mercado auto-regulado, os processos económicos funcionam separadamente das instituições da comunidade, como se fosse uma excreção. Tal situação não seria viável, como dissemos anteriormente, pois sem esse pano de fundo que sustenta os processos económicos, as rupturas seriam insanáveis.

Poder-se-ia pensar que, de acordo com esta tese, aquando da Revolução Industrial, apenas teria ocorrido uma desagregação de esferas e que doravante a

³ O substantivismo é uma posição económica, política e filosófica, introduzida por Karl Polanyi, que explica as relações e interacções sociais. Diz-nos que a economia não deve ser analisada como sistema separado ou isolado, mas sim como algo integrado (incrustado) na vida social, cultural e política das sociedades.

económica actuar de forma isolada e sem interacção com a social. Na realidade, o que aconteceu foi uma mudança ainda mais radical: “em vez de existir uma economia incrustada nas relações sociais, são as relações sociais que são incrustadas no sistema económico” (Polanyi, 2000). Nesta citação, é perfeitamente claro que não aconteceu apenas um fenómeno de desincrustação da esfera económica face à social, mas que esta última foi engolida e subjugada pela primeira. Na realidade, não poderia ser de outra forma, de acordo com Polanyi: a esfera económica só poderia subsistir *per se* se tivesse preponderância total, isto é, se imperasse sob todas as outras formas relacionais da sociedade. É o que também nos quer transmitir quando diz: “é por isso que o controlo do sistema económico pelo mercado em consequências avassaladoras sobre o conjunto da organização da sociedade: significa nada menos do que a direcção da sociedade como um elemento auxiliar do mercado” (Polanyi, 2000). Ou, de forma ainda mais clara, “a sociedade humana tornara-se em toda a linha um prolongamento do sistema económico” (Polanyi, 2000).

Para entender melhor estas interacções e, sobretudo, esta última consideração (da subjugação da esfera social pela económica), precisamos, inevitavelmente, de abordar com maior densidade a origem deste fenómeno de desincrustação. Existiu, durante muito tempo, uma confusão entre o momento do aparecimento deste fenómeno e a sua origem: como sucedeu durante a Revolução Industrial, pensou-se que a desincrustação seria decorrente dela. Havia a convicção que estava subjacente e inerente à revolução científica e tecnológica. Mas a origem desta mudança societal enorme não estava aí: “não foi a máquina que causou o que aconteceu, mas reiteramos que, a partir do momento em que as máquinas e instalações de oficinas complexas passaram a ser usadas na produção de uma sociedade comercial, a ideia de um sistema de mercado auto-regulado estava destinada a tomar forma” (Polanyi, 2000). Pelo contrário, “as origens da catástrofe residem no desígnio utópico alimentado pelo liberalismo económico de instaurar um mercado auto-regulado” (Polanyi, 2000). Por catástrofe, podemos inferir que Polanyi se refere à desincrustação social.

A citação apresentada no parágrafo anterior é fulcral, pois responde à questão da origem da desincrustação social. Não foi uma mudança natural decorrente da

industrialização, não foi progresso social inerente às mudanças sociais: foi um empolamento deliberado, estruturado e consequente do liberalismo económico clássico com vista à alteração de paradigma social quanto à ideia de um mercado auto-regulado, isto é, aos mecanismos de mercado tomarem conta de todas as esferas da vida social e comunitária: “O século XIX imaginou ingenuamente o desenvolvimento em causa como o desfecho natural da difusão dos mercados. Não se deu conta de que a transformação dos mercados não decorria de uma qualquer tendência intrínseca aos mercados a proliferarem, mas era antes o efeito de estimulantes artificiais ministrados ao corpo social”, diz claramente Polanyi (Polanyi, 2000).

Esta alteração substancial da vida social foi, não apenas declarada, mas também inerentemente política. Apesar de parecer um contrassenso, para a vida política e social sair de cena quanto à esfera económica esta teve, primeiramente, de intervir deliberadamente nesse sentido. David Graeber afirmou-o quando disse: “A ideia de que o mercado é oposto a um governo independente tem sido veiculada desde o século XIX para justificar políticas económicas *laissez-faire*, mas essas políticas nunca tiveram o efeito real de diminuir o papel do governo. No final do século XIX, o alargamento da sociedade liberal não levou à redução da burocracia estatal, mas ao seu oposto” (Graeber, 2015). K. Gemici é ainda mais claro quando diz: “A mercantilização da terra, trabalho e moeda ocorreram através da intervenção estatal e da influência das ideologias liberais do século XIX” (Gemici, 2007).

As três esferas descritas na citação anterior – terra, trabalho e moeda – não surgem de forma inocente. Para evidenciar a tese da desincrustação social de forma mais clara, Polanyi dissertou sobre três domínios que, até então, nunca teriam sido objectos de um sistema de oferta e procura num mercado auto-regulado: a terra, o trabalho e a moeda. A estes três domínios chamou-lhes de mercadorias fictícias: “nenhum dos três elementos – trabalho, terra, moeda – é produzido para venda: a sua descrição como mercadorias é inteiramente fictícia” (Polanyi, 2000).

Segundo Polanyi, “uma economia de mercado tem de incluir todos os elementos da indústria, entre os quais se incluem o trabalho, a terra e a moeda. Mas o trabalho e a terra não são outra coisa senão os próprios seres humanos em que cada sociedade

consiste e as condições ambientes naturais que acompanham a sua existência. Incluí-los no mecanismo do mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado”. Ou seja, estas mercadorias fictícias são exemplo concreto de elementos cruciais existentes numa dada sociedade, que antes estavam incrustados, e tornaram-se no pináculo da mercantilização – tornaram-se produtos, meras mercadorias, como quaisquer outras no mercado.

Isto não significa que, por exemplo, o trabalho não estava, antes da Revolução Industrial, num processo de “compra e venda”, no sentido em que a força de trabalho também era fornecida em troca de um salário (com a significativa excepção de escravos, servos e outros) (Graeber, 2022b). Como dissemos, os mercados tinham um papel mais ou menos relevante dependendo da comunidade em análise. No entanto, esses mercados, e em particular o de trabalho, estavam intimamente ligados aos preceitos sociais, políticos e culturais existentes, algo que deixou de ocorrer aquando da Revolução Industrial, levando, por exemplo, ao desenraizamento social, fenómeno abordado também com alguma densidade por Polanyi (Graeber, 2022b; Polanyi, 2000). Isto significa que os mercados existentes antes da desincrustação social se baseavam sobretudo em outros objectivos que não puramente o do lucro, pois as fundações que norteavam os processos económicos eram outras (Graeber, 2022a). Ou seja, o enquadramento institucional dos mercados pré-desincrustação social fomentava outro tipo de relações económicas, com outros objectivos, relações e interacções (Gemici, 2007). Dentro desses objectivos, podemos destacar ou assinalar o bem-estar da comunidade, o desenvolvimento social ou o avanço tecnológico e científico com transposição para a comunidade (Polanyi, 2021b).

Esta mudança de interacção entre economia e comunidade não poderia passar incólume. Segundo Polanyi, “os mercados de trabalho, terra e moeda são essenciais na economia de mercado. Mas nenhuma sociedade seria capaz de suportar, ainda que pelo mais breve período de tempo, os efeitos de um sistema assim baseado em ficções grosseiras”. E foi isso que aconteceu, à luz de uma tese Polanyiana. A ruptura criada pela desincrustação social foi de tal forma insanável que, agudizando-se ao longo do século

XIX, levou a sociedade ao seu limite, culminando, em última instância, na primeira-guerra mundial.

No entanto, estas rupturas não aconteceram sem qualquer tipo de luta. Os termos “desincrustação social”, apesar de serem fulcrais para a tese de Polanyi, apenas surgem duas vezes ao longo das mais de 400 páginas d’*“A Grande Transformação”* (pese embora surjam mais vezes de forma subentendida): já o “duplo movimento” e o “contramovimento” aparecem bem mais vezes – “o mercado expandiu-se continuamente, mas esse movimento era contrabalançado por um contramovimento a controlar a expansão em determinadas direcções” (Polanyi, 2000). Se admitimos uma dificuldade na definição de Polanyi no início deste sub-capítulo, uma coisa não podemos deixar de reconhecer: não era inconformado e estava muito interessado em fomentar um contramovimento à desincrustação.

Como indica o próprio nome de duplo movimento, a tese é que, face à mercantilização e à desincrustação social, existe uma reacção, de sentido oposto, com vista à incrustação social – o contramovimento. Segundo Polanyi “trata-se de uma reacção contra uma desagregação que atingia a estrutura da sociedade e que tendia a destruir a própria organização da produção a que o mercado dera origem” (Polanyi, 2000). Este contramovimento existia porque, de acordo com Robert Owen, “a economia de mercado, se a deixassem evoluir segundo as suas próprias leis, criaria grandes males permanentes”. O objectivo primordial do contramovimento era a protecção social face às garras do mercado. Para isso visava “destruir essa instituição [o mercado auto-regulado] e tornar a sua existência impossível” (Polanyi, 2000).

Polanyi não tem em mente, de forma alguma, a destruição do mercado enquanto meio possível para a interacção económica entre os indivíduos. A palavra-chave aqui não é mercado, mas sim “auto-regulado”. Como diz, “o fim da sociedade de mercado de modo nenhum significa a ausência de mercados. Estes continuarão a assegurar a liberdade do consumidor, a indicar as modificações a procura, a exercer a sua influência sobre os rendimentos do produtor e a servir de instrumentos de contabilidade, embora deixando por inteiro de ser órgãos de uma autorregulação da economia” (Polanyi, 2000). Esta concepção alinha-se perfeitamente com a visão ideológica de Polanyi. Sendo um

socialista heterodoxo, para a época, e apesar de se considerar marxista numa fase inicial, a sua aproximação ao socialismo libertário é bastante notória, ficando conhecido por defender uma visão particular de socialismo de guilda, algo que se coaduna inteiramente com a crítica ao mercado auto-regulado e a preponderância de outras formas de interacção económica (Polanyi, 2021a).

Podemos dizer, então, que o duplo movimento é, *grosso modo*, a resposta das instituições e movimentos sociais, políticos e culturais face às tentativas rumo à desincrustação. É, portanto, uma contra-resposta, de tendência anti-mercantilizadora, com vista à protecção da sociedade. No caso particular do pós-primeira-guerra mundial, esses esforços não foram notoriamente suficientes para Karl Polanyi. Na sequência da grande guerra, e com a intransigência dos poderes políticos no período da década de 20 em conceber que a ruptura societal gerada pela desincrustação social se havia tornado enorme, Polanyi diz-nos que as condições para que o fascismo surgisse surgiram estavam criadas (Mattei, 2022). O contramovimento social foi engolido por uma força latente que prometia resolver vários dos problemas causados pela desincrustação social que imperava e uma ortodoxia que se mantinha mesmo com contradições insanáveis. A grande depressão foi, para muitos povos europeus, o final de um ciclo, onde de forma genérica, rápida e transversal, sucumbiram à opressão fascista (Polanyi, 2000).

Recapitulemos. Karl Polanyi descreve um fenómeno que afirma ter ocorrido aquando da Revolução Industrial, que se espalhou globalmente ao longo do século XIX, e influenciou de sobremaneira a organização social da época: a desincrustação social. Até então, a economia encontrava-se incrustada em relações sociais e políticas, isto é, a organização económica estava mesclada com preceitos sociais, culturais, políticos e religiosos, algo particular da humanidade, dada a propensão dos humanos para o relacionamento com os outros. Com a revolução industrial, este paradigma alterou-se: a economia passou a actuar de forma isolada, a ser autorregulada, através de um sistema de preços livres advindos directamente do mercado, não respondendo a qualquer preceito previamente elencado. O causador desta reviravolta não foi a revolução técnica e industrial ocorrida, antes a supremacia de uma mundividência que aproveitou a rápida mudança industrial e o advento do capitalismo para alterar por

completo a organização social de forma intencional. A desincrustação social não imperou sem resposta: sempre que existia um movimento no sentido de uma maior desincrustação, os movimentos e instituições sociais actuavam no sentido contrário, criando o contramovimento que origina o “duplo movimento Polanyiano”: a sociedade tentou, de várias formas e métodos, proteger-se das forças mercantilizadoras, muitas vezes de forma infrutífera e sem sucesso. Esta desincrustação social foi, segundo a tese de Polanyi, causadora de vários problemas e rupturas sociais, fomentando, também, as bases insuperáveis que culminaram numa grande catástrofe: a primeira-guerra-mundial (algo que iremos abordar com mais alguma densidade no próximo capítulo).

Bauman parece ter também este processo da desincrustação social em mente quando aborda a mercantilização das relações humanas e o seu engolir pelas forças do mercado: “a necessidade de solidariedade parece suportar e sobreviver às agressões do mercado - mas não porque o mercado deixe de o tentar. (...) Na sua versão à venda, os vínculos transformam-se em bens, ou seja, são transportados para uma outra esfera, governada pelo mercado, e deixam de ser vínculos capazes de satisfazer a necessidade de convívio” (Bauman, 2006).

É este o processo e o enquadramento Polanyiano presente n’“A Grande Transformação”: as rupturas sociais criadas pela desincrustação social, isto é, pela mercantilização dos seres humanos, do seu espaço e dos frutos do seu trabalho, levam a rupturas insanáveis no seio da sociedade, que, ainda assim, tenta proteger-se disso. Veremos, no próximo sub-capítulo, o fenómeno da desincrustação social com maior densidade e abordaremos uma tensão que até agora não tivemos oportunidade de abordar.

2.3. Desincrustação Social enquanto processo

Vimos no sub-capítulo precedente que a desincrustação social, conceito desenvolvido por Polanyi, foi um fenómeno novo na história da humanidade até à Revolução Industrial. Tal novidade, justamente pelo seu carácter inovador e extremo, não ficou sem resposta societal. Pelo contrário, o movimento social e político foi

considerável, tanto maior quanto mais se avançava rumo à mercantilização de todas as esferas sociais e culturais. Por isso, quando falamos de desincrustação social, falamos, necessariamente, de duplo-movimento, de um processo de avanços e recuos, de confrontos e choques, de tendências e de estagnação.

Há, no entanto, uma tensão, parcialmente oculta, no conceito de desincrustação social, que não abordamos até então. Polanyi diz-nos, por um lado, que a economia de mercado é uma forma de organização em que a economia está separada das instituições sociais e funciona de acordo com as suas próprias regras, logo estando desincrustada. Por outro, afirma que é impossível separar economia de sociedade porque todos os sistemas económicos estão incrustados em relações sociais e institucionais. Há aqui um choque claro: ora a desincrustação existe aquando da economia de mercado, e se reconhece como sendo algo que pode variar, resultante do jogo de forças do duplo-movimento, podendo conceber várias situações intermédias, ou se reconhece que é impossível separar economia de sociedade, porque todos os sistemas económicos estão incrustados em relações sociais e institucionais, sendo estas últimas que variam. Isto é, é o enquadramento institucional que muda, e a desincrustação social é uma forma de dizer que a economia acompanha os preceitos sociais em mudança, não podendo nunca ser avaliados de forma separada (Barber, 1995; Gemici, 2007).

Gemici evidenciou e salientou esta tensão com maior densidade (Gemici, 2007). Oferece-nos uma possível solução para a contradição que encontra: Polanyi utiliza desincrustação social de forma dual, isto é, com duas conotações distintas. A primeira, enquanto conceito gradual resultante do jogo de forças da sociedade, uma espécie de variável da história em que reconhece a separação institucional da vida económica e da vida social como um processo e motor que dita a história. A segunda, enquanto princípio metodológico de que a economia e a sociedade só podem ser entendidas de forma holística e em conjunto e, nesta segunda concepção, a desincrustação social não é uma variável ou uma característica que possa mudar dentro dos sistemas económicos ao longo da história: “Desta forma, a demarcação da sociedade e economia é absurda: o que muda na história, assim como de sociedade para sociedade, é como essas actividades estão institucionalizadas e organizadas” (Gemici, 2007).

Para Gemici, somente a segunda interpretação tem validade e é robusta o suficiente. Segundo o autor, apenas faz sentido conceber a desincrustação social como princípio metodológico para avaliação, análise e interpretação dos sistemas económicos e sociais, e não como variável da história que pode ser maior ou menor num dado momento. Gemici afirma-o porque esta última concepção “contradiz a proposição geral de que toda a actividade económica está incrustada na vida social”. Além disso, “reifica a economia de mercado da mesma forma que a ortodoxia económica a conceptualiza: perpetua uma imagem de economias passadas em que todas as actividades são conduzidas em prol de fins não-económicos” (Gemici, 2007).

Embora entendamos a preocupação do autor, principalmente na citação que afirma que há uma contradição entre as duas concepções de desincrustação, e reconheçamos a sua validade, não podemos concordar com a última citação apresentada. Polanyi afirma, múltiplas vezes, que as economias passadas (e incrustadas) têm, também, “motivos económicos”, salientando, por exemplo, que o lucro desempenha um papel activo em várias actividades de cariz económico (ver sub-capítulo anterior). Contudo, o problema é agudizado quando Gemici afirma que “de forma estrita, economia e sociedade como entidades *per se* não existem. Como resultado, uma não pode estar incrustada na outra, nem pode o nível de desincrustação variar ao longo do tempo”. De forma mais clara, “qualquer concepção destas entidades (economia e sociedade) como esferas ou espaços constituem uma forma de reificação”.

Gemici aponta assim, de forma muito precisa, contra a concepção e os termos de esferas, também utilizados, várias vezes, ao longo desta dissertação. O principal problema deste foco é que cai no mesmo erro que critica: ao rejeitar por absoluto a existência de qualquer faceta económica, fazendo com que tudo seja uma mescla da qual nada se pode individualizar ou caracterizar, ainda que reconhecendo múltiplas matizes, reifica essa mesma concepção. Na realidade, poderíamos apontar uma contradição quando, poucas citações acima, Gemici constata que existem “fins não-económicos”. Se não se pode individualizar a economia como uma esfera que existe, pelo menos do ponto de vista do observador, o que quererão dizer “fins não-económicos”? O que é um fim puramente “económico” (ou não-económico) se não um

delimitar e um encaixotar das vontades, necessidades e motivos em torno de uma concepção limitada para quem argumenta que só se pode conceber economia e sociedade de forma mesclada e holística?

Para fazer justiça ao autor, entendemos a tensão existente, concordamos com a leitura dual feita da desincrustação social e reconhecemos a sua aparente contradição. No entanto, não concordamos com a exposição categórica e, diríamos, limitada da obra de Polanyi. Não reconhecemos as duas leituras da desincrustação social como sendo mutuamente exclusivas, nem necessariamente antagónicas. Podemos conceber a desincrustação social tanto como abordagem metodológica e como variável da história, precisando apenas de reajustar o foco das duas concepções.

Neste aspecto, Bernard Barber oferece-nos uma alternativa. Embora também afirme que todas as sociedades estão incrustadas, em “All economies are embedded”, diz-nos que a concepção moderna de “mercado” contém, em si, a tendência para a sua absolutização, bem como reificação, precisamente o erro de Gemici: “a discussão crítica da absolutização do mercado não deve ser vista como uma afirmação da absolutização da oposição contrária, de que o comportamento nunca é racional e que o mercado [enquanto concepção moderna] é uma ilusão” (Barber, 1995). Em suma, a crítica que Gemici pretende fazer ao racionalismo e à concepção formal de economia e mercados (enquanto agentes racionais e conhecedores, bem como locais de troca) não se aplica a Polanyi, pois o próprio faz a mesma crítica em todos os seus escritos (Barber, 1995; Polanyi, 2021b).

Concordamos com a posição de Barber e Gemici que o mercado e a economia não só não podem ser desincrustados e independentes, como fazem parte da mesma sociedade e que, interactuando, constroem o resto. Concordamos também com a posição de Barber, mais próxima da realidade, de que existem múltiplas facetas e motivação de diferentes enquadramentos dentro de uma dada economia, sendo algumas delas mais “económicas”, mesmo com a conotação actual de racionalismo económico (Barber, 1995). Mas o que dizer da desincrustação social? Neste ponto, queremos apresentar uma leitura um pouco distinta, pois consideramos que a interpretação da obra de Polanyi feita por Gemici e Barber é relativamente estrita.

Concebemos a desincrustação social como princípio que nos diz que os movimentos, estudos e análises de componentes sociais só fazem sentido se observados, em conjunto, com preceitos económicos, e vice-versa. Esta interpretação diz-nos que, no caso particular de Polanyi, economia e sociedade só fazem sentido entendidas em conjunto, pois fazem parte do mesmo ecossistema interactuante, sendo a sua separação total meramente fictícia (Barber, 1995). O mesmo pode ser dito para as várias componentes sociais, económicas, políticas, religiosas, morais, etc. Esta leitura de desincrustação social é próxima da que nos apresenta Gemici e Barber enquanto princípio metodológico. Contudo, para além dessa leitura, acrescentamos que existem movimentos com vista à desincrustação, mesmo sendo ela impossível na totalidade. Esses movimentos abrem brechas no sistema social, o que gera situações intermédias, estranhas e complexas, graças à tentativa de tornar algo fictício em realidade. Assim, desta forma, a desincrustação social, sendo impossível enquanto totalidade, é realidade enquanto algo parcial: existe enquanto resultado dos movimentos sociais que promovem ora a desincrustação, ora a incrustação – ou seja, do duplo movimento.

Desta forma, no nosso entender, todas as economias estão incrustadas, mas umas mais que outras: reconhecemos a possibilidade de uma desincrustação parcial entre economia e a restante vida social. Neste ponto, devemos responder à argumentação apresentada por Gemici: não existe separação, apenas uma alteração substancial do enquadramento institucional (Gemici, 2007). Concordamos que o enquadramento institucional muda, de facto, também como resultado da tentativa de desincrustação social. No entanto, ocorre algo mais que isso: existe uma quebra no elo entre instituições (*lato sensu*) que gera a separação dos vários componentes sociais. Podemos pensar num enquadramento institucional em que economia e restantes partes estão de costas voltadas ou são relativamente independentes. Por exemplo, quando um banco central não responde politicamente ou socialmente por nenhuma das suas acções e tem independência total face às instituições democráticas, isso é o resultado de um enquadramento institucional distinto, mas não é também uma brecha entre, no caso, economia e política? Outro exemplo será a criação de uma espécie de “Estado administrativo”, que coopta várias das decisões políticas e económicas para uma figura

central (no caso, o próprio Estado), criando uma brecha, no caso, entre política e sociedade. E o que são estas brechas se não, parcialmente, uma desincrustação social?

Podemos ir ainda mais longe nesta concepção e pensar no enquadramento institucional como um resultado do jogo de forças do duplo-movimento polanyiano. Ou seja, podemos conceber o enquadramento institucional como a transposição, num dado momento, dos movimentos de desincrustação social. Parece ser esse o entendimento de Polanyi quando diz “a partir do momento da criação da economia de mercado, um mecanismo institucional controlava tanto os seres humanos como as suas actividades diárias” (Polanyi, 2021b).

Reconhecemos também que a desincrustação social não é um fenómeno que ocorre no vácuo: ocorre numa teia e trama social que tem alguma estanquicidade, o que garante que as mudanças, num ou noutro sentido, se fazem de forma gradual. Isto é, podemos afirmar, o que se liga à nossa concepção, que não poderá existir uma desincrustação total, mas sim movimentos com vista a isso (ou o contrário). Ou seja, falamos de tendências sociais que agem e reagem e que guiam o caminho, ora para um lado, ora para o outro, e nunca de um processo de ligar-desligar. Ter isto em mente é importante pois falamos sempre de diferentes graus e matizes de desincrustação social dentro de uma dada sociedade.

A história da desincrustação social é, sem grandes surpresas, também a história da sua incrustação: os movimentos são contraditórios e é a relação de forças que resulta do jogo de supremacia de um sobre o outro que dita o caminho num dado momento. Por exemplo, para Polanyi, as cidades que foram surgindo nos vários países, na medida em que emergiram graças aos vários mercados que foram sendo dinamizados e construídos, constituíram também uma forma de protecção desses mesmos mercados, no sentido em que criavam um distanciamento psicológico e uma barreira física à sua expansão aos campos, por forma a não “perturbarem a organização económica que prevalecia na sociedade” (Polanyi, 2000). Ou seja, face à mercantilização que estava a ocorrer (dinamização de mercados dentro de uma cidade), estava também a ocorrer um movimento oposto de protecção da própria sociedade (fortificação e limitação dos espaços comerciais para não conspurcar o resto).

Este exemplo, para além de mostrar o avanço decorrente do duplo-movimento, evidencia que não houve apenas uma mudança no enquadramento institucional, mas sobretudo uma fratura decorrente da mercantilização inicialmente feita. O novo enquadramento institucional existente é já uma resposta, adequação e tentativa de incrustação da desincrustação original. Justamente por este efeito do duplo movimento, nunca poderíamos falar de uma desincrustação ou incrustação total: estamos perante forças contraditórias, que num dado momento são dominantes, mas que encerram em si as motivações para que deixem de o ser. E, aqui sim, numa leitura bastante estrita d'”A Grande Transformação” podemos admitir que Polanyi estaria errado ao dizer que, no capitalismo industrial, a economia encontra-se (totalmente) desincrustada. É o que fazem autores como Gemici e Barber (Barber, 1995; Gemici, 2007). Contudo, essa leitura é, no nosso entender, conservadora. Podemos argumentar que a concepção, em Polanyi, de que o capitalismo industrial é totalmente desincrustado, é um exacerbar, por forma a colocar ênfase numa ruptura significativa e negativa. Na realidade, dado que nunca dirimiu a tensão existente na sua definição de desincrustação, podemos considerar que não tinha em mente a tónica absoluta que por vezes lhe colocou.

É particularmente útil (e correcto, no nosso entender) utilizar a desincrustação social enquanto princípio metodológico, em que entendemos que apenas faz sentido avaliar o sistema social de forma holística (incluindo, naturalmente, as facetas económicas e as suas ligações às políticas), enquanto se reconhece que existem movimentos que criam brechas nessas ligações e alteram o enquadramento institucional. Entendemos, portanto, que é impossível separar totalmente, no caso, economia de sociedade, mas a sua tentativa gera rupturas substanciais que alteram fundamentalmente as instituições, criando, então, uma desincrustação social parcial.

Importa referir que consideramos, também, que a incrustação, *per se*, não é inerentemente positiva. Num exemplo extremo, o escravagismo teve respaldo político durante milénios, podendo dizer que a sua presença e existência decorria de normas culturais que a justificavam: na maioria das situações não eram considerados humanos e o comércio de escravos era inerentemente político. Por isso, podemos considerar a escravatura e o comércio de escravos como sendo um processo socialmente e

economicamente incrustado. No entanto, dificilmente podemos, à luz das concepções de liberdade e igualdade apresentadas no capítulo anterior, validar tal incrustação como algo positivo, benéfico ou digno de saudação.

O escravagismo é, naturalmente, um caso extremo, existindo várias situações intermédias. Polanyi admite explicitamente a existência de miséria e pauperismo bem antes da existência de uma desincrustação social: mais, o Estado muitas vezes queria-o e aproveitava-se disso (Polanyi, 2021a). Contudo, vários outros estudos antropológicos evidenciam que no seio de comunidades primitivas, que podemos admitir bem mais incrustadas que a nossa, a miséria ou o pauperismo não era individual mas sim comunitária: ou todos eram famintos ou nenhum era (Graeber, 2022a; Polanyi, 2021b). Ou seja, mesmo não sendo a desincrustação social a origem da totalidade da miséria e pauperismo, o enquadramento institucional que gera faz com que o seu impacto e recepção sejam totalmente diferentes.

Além disso, as concepções sobre o que pode ou não ser mercantilizado são variáveis e contextuais. Isto é, a própria noção de incrustação social não é nem pode ser a mesma durante décadas ou séculos. Hoje, consideramos múltiplos aspectos que, na época em que Polanyi escrevia, não eram considerados, como por exemplo, a fruição do nosso tempo livre ser também alvo de tendências mercantilizadoras significativas, quando na época de Polanyi apenas se lutava pela concretização desse mesmo tempo livre.

Como vimos, a desincrustação social é um conceito que sofre contestação, não quanto à sua existência, mas sim quanto ao seu significado e implicações. Tal sucede porque Polanyi nunca foi claro ao definir o conceito, permitindo que a tensão que salientamos se mantivesse e gerasse confusão nas leituras da sua obra. Para precisar o conceito, definimos a desincrustação social como sendo o processo pelo qual se tentam separar as esferas económicas das políticas e sociais, sendo este processo possível enquanto realidade parcial. A sua concretização cria rupturas na sociedade, justamente porque se separam esferas outrora juntas. Subjacente a esta definição existe a concepção de que a desincrustação social é, não apenas um princípio metodológico que nos diz que economia e sociedade não podem ser totalmente separadas – e só fazem

sentido estudadas em conjunto -, mas também uma força motriz para a mudança institucional, pois o resultado dos movimentos contraditórios (incrustadores e desincrustadores) dita o novo enquadramento institucional.

Este jogo de forças pode, portanto, criar enquadramentos sociais mais ou menos incrustados que os anteriores. Desta forma, concebemos também a desincrustação social como uma espécie de variável da história, que muda consoante o resultante do braço de ferro social. Além disso, entendemos que essa alteração institucional deixa marcas na sociedade, sejam elas rupturas ou incrustações. Existe, portanto, um carácter de dilatação temporal quanto à desincrustação – as suas implicações afectam, de forma prolongada no tempo, a sociedade.

De acordo com Polanyi, a chamada economia de mercado elevou as condições da desincrustação social a um nível nunca antes visto, tanto do ponto de vista qualitativo como quantitativo, gerando inúmeros problemas sociais e rupturas significativas. Polanyi é claro ao dizê-lo em *Nuestra Obsoleta Mentalidad de Mercado*: “a existência de uma esfera económica separada da sociedade criou uma brecha entre política e economia, entre o governo e a indústria, o que gerou uma terra de ninguém” (Polanyi, 2021b). Consideramos que um destes problemas sociais, ainda que não tenha sido explicitado por Polanyi, é a desigualdade. É isso que tentaremos fazer no próximo capítulo: mostrar que a desigualdade é, também, um resultado da desincrustação social.

3. Processo de ruptura em curso

3.1. A desigualdade enquanto desincrustação social: Piketty e Polanyi conversam

No primeiro capítulo, estudamos a desigualdade e definimo-la como sendo a distribuição desigual de recursos, direitos, oportunidades ou poderes. Nesta definição está subjacente a concepção de que as causas para a desigualdade são múltiplas, contextuais e interseccionais. Como vimos pela pequena historiografia que apresentamos, este fenómeno ressurgiu com alguma intensidade e particular preponderância em alguns indicadores. A desigualdade, longe de ser algo novo na sociedade, surge hoje com alguns preceitos distintos, o que justifica uma abordagem diferente da tradicional.

No segundo capítulo, apresentamos um enquadramento distinto para olhar a desigualdade: a desincrustação social. Para isso, explanamos com densidade esse conceito e definimo-lo como sendo o processo pelo qual se tentam separar as esferas económicas das políticas e sociais, algo que gera impactos na sociedade. Contudo, para atestar a desigualdade como sendo um desses impactos, teremos de contrastar este enquadramento com as teses do principal autor responsável, actualmente, pelos dados e inferências sobre a desigualdade: Thomas Piketty.

Para Piketty, o autor abordado com mais enfoque no capítulo primeiro, a principal força motriz da desigualdade encontra-se na relação entre os retornos dos rendimentos de capital e o crescimento da economia, que sintetizou na equação $r > g$, em que r são os retornos do capital e g o crescimento da economia. De acordo com este autor, o crescimento da economia está intimamente ligado ao crescimento dos rendimentos do trabalho, o principal ou único tipo de rendimento da maioria da população. Esta consideração não é consensual e é, tipicamente, contestada na literatura, com resultados mistos (Gradín, 2024). Reconhecendo a fragilidade desta inferência, Piketty considera-a, ainda assim, uma aproximação suficientemente robusta (Piketty, 2013). Segundo este autor, o facto dos rendimentos de capital terem um retorno superior ao crescimento da economia, aumenta “o peso do passado no futuro”,

tornando-se o principal ponto de formação da desigualdade (Piketty, 2013). Esta ilação compreende-se pelo facto de as heranças terem um papel fundamental, dada a possibilidade de com elas receber um rendimento superior aos provenientes do trabalho no momento. Desta forma, a mobilidade social é estancada, visto alguém com rendimentos provenientes dos frutos do seu trabalho ser menos recompensado do que alguém com rendimentos provenientes de património herdado ou acumulado.

Em síntese, Piketty diz-nos que se os rendimentos de capital crescem a um ritmo superior aos do trabalho, então o património existente, que foi acumulado no passado, terá um peso preponderante na sociedade, fomentando a desigualdade. Todavia, Piketty vai ainda mais longe: considera esta relação a principal força causadora da desigualdade, colocando-a num *status* de lei fundamental do funcionamento do capitalismo moderno (Piketty, 2013; Somers & Block, 2020).

Tanto quanto sabemos, Polanyi, o autor abordado com maior densidade no segundo capítulo, não dedicou nenhuma reflexão à relação entre rendimentos do trabalho e de capital e a sua influência na desigualdade. Podemos afirmar que, provavelmente, concordaria com a ilação principal de Piketty: a supremacia do passado sobre o presente, do ponto de vista dos rendimentos e do património, é um motor para o aprofundar da desigualdade. No entanto, não concordaria com o *status* dado a esta relação. A visão Polanyiana de sociedade é uma em que não existem leis económicas que sejam naturais ao capitalismo ou a qualquer outra forma de organização política e económica. Conforme sintetizaram Margaret Somers e Fred Block, ao densificar o pensamento de Polanyi sobre a mudança das instituições: “o capitalismo é uma entidade político-económica, que, pela sua própria definição, é continuamente criada pelas relações de variáveis históricas e políticas e de forças económicas” (Somers & Block, 2020). Ou seja, na visão Polanyiana, não existem leis imutáveis ou que subsistem de forma “natural” nas instituições e organizações sociais.

Isto não significa que, neste diálogo entre Polanyi e Piketty, não existam pontos de contacto. Como dissemos, é provável que ambos concordassem com o facto dos rendimentos de capital, provenientes de patrimónios construídos no passado, interferirem com a desigualdade de forma significativa. Na verdade, dado que Polanyi

viveu também durante a *Belle-Époque*, em que presenciou uma notória imobilidade do ponto de vista da ascensão social, certamente teria muito a concordar. Ainda que Piketty saiba e considere que a relação apresentada por si no seu primeiro grande trabalho não seja imutável, dá-nos a entender que é algo natural a todos os sistemas e formas do capitalismo (chamando-lhes “leis fundamentais do capitalismo”), e a principal origem para a desigualdade (Piketty, 2013). Este é o ponto-chave da discórdia da origem da desigualdade através de um enquadramento Polanyiano.

Piketty, posteriormente, ao incluir mais preceitos políticos, sociológicos e históricos na sua análise, bem como alargando o âmbito geográfico da sua análise, amenizou esta consideração. Isto é evidente no seu *magnum opus* seguinte, *Capital e Ideologia*, onde aborda com maior densidade as relações de força institucionais, políticas e económicas como força motriz para a desigualdade, permitindo atenuar a relação dissertada no livro anterior para uma consequência e não como algo inerente ao jogo (Piketty, 2020).

O cerne da questão encontra-se, então, no facto de que a relação de Piketty, na forma como inicialmente foi colocada, isto é, com o *status* de força intrínseca do capitalismo (“leis fundamentais do capitalismo”, no texto original), reforça a crença de que os resultados do mercado, na forma da desigualdade, derivam de forças naturais do próprio mercado (Somers & Block, 2020). No caso, considera-se e conclui-se que a dinâmica entre os rendimentos de capital e do trabalho é algo intrinsecamente natural aos mercados capitalistas modernos, podendo ser refreada através de várias políticas públicas, que Piketty posteriormente aborda com bastante detalhe, mas sem alterar a sua lógica ou tendência inevitável (Piketty, 2013, 2020). Só que, como vimos anteriormente, segundo Polanyi, não existe nada de natural nestas relações de mercados capitalistas, nem uma tendência natural para o seu surgimento. As dinâmicas económicas e políticas não são naturais ou inerentes ao sistema capitalista: derivam de relações e jogos políticos, sociais e económicos. Sendo o mercado moderno (auto-regulado, diria Polanyi) um conjunto de relações enquadradas e definidas, os seus resultados não são, também, naturais: resultam da sua lógica fundacional. Não existem, em suma, forças naturais em qualquer relação institucional.

Sem surpresas, com a análise de Piketty, somos encaminhados para soluções que se enquadram em correcções de falhas do mercado e mitigação das suas consequências através de políticas governativas, sobretudo no campo da fiscalidade: imposto sobre o rendimento mais progressivo, taxação de heranças e de patrimónios elevados, entre outras (Piketty, 2013). Este tipo de soluções está enquadrada com a naturalização da lei $r > g$, bem como da aceitação do mercado enquanto entidade que pode subsistir enquanto tal, isto é, como estrutura autónoma, algo subjacente ao pensamento de Piketty, pese embora com correcções mais ou menos fortes dependendo do momento histórico (Somers & Block, 2020). Desta forma, as políticas de Piketty podem ser enquadradas dentro do que comumente se designa por redistribuição, algo essencial para a criação, por exemplo, de um Estado Social, mas manifestamente insuficiente para atacar o problema em todas as suas origens e facetas, sobretudo se tivermos em conta um enquadramento Polanyiano.

Abordar apenas a redistribuição naturaliza a desigualdade através do mercado e valida o poder desigual nele existente, não permitindo um foco que possa ser verdadeiramente transformador no campo da desigualdade. É, também, o que Alfani diz, ao referir que “os economistas modernos tendem a ver a desigualdade como um resultado inevitável do mercado como um mecanismo coordenador” (Alfani, 2021). Se o resultado é inevitável, cabe apenas aos agentes sociais e políticos amenizar os problemas decorrentes (Parsons & Rabhi, 2025). É aqui que enquadrámos a resposta de Piketty à origem da desigualdade. Não queremos, com isto, desvalorizar as suas soluções: consideramos o seu valor e acreditamos que são essenciais para a correcção da desigualdade. Todavia são manifestamente insuficientes, porque não atacam, com a magnitude devida, a origem do problema (François et al., 2023). Justiça deve ser feita a Piketty neste ponto: não deixou outro tipo de soluções de lado, algo que pode ser comprovado pelos seus livros e contribuições mais recentes (Bozio et al., 2024). Apenas se focou, porventura excessivamente, nas políticas de redistribuição, decorrente, eventualmente subconscientemente, da naturalização da lei $r > g$.

Recapitulemos. Piketty apresenta a relação entre os rendimentos de capital e os do trabalho como um motor significativo para a desigualdade moderna. Contudo, a sua

aceitação enquanto lei natural e fundamental do capitalismo internaliza o mercado como algo inerentemente desigual e valida as suas consequências, como a desigualdade, como inevitáveis (Alfani, 2021). Associado a esta internalização está um carácter necessariamente pouco transformador para a sociedade como um todo, isto é, através dela apenas se aborda a redistribuição como forma de amenizar as consequências do mercado (Parsons & Rabhi, 2025). Esta consideração limita, necessariamente, as respostas possíveis, pois orienta-nos apenas para um determinado fim enquadrado na naturalização do mercado enquanto instituição que pode subsistir por si.

Todavia, muito pode ser apreendido e relacionado através da relação apresentada por Piketty. Nos seus principais livros, é apresentada a forma como esta relação evoluiu ao longo dos tempos e quais os seus impactos na desigualdade. Do densificar das relações políticas e económicas, estudadas também por autores como Lucas Chancel, Gabriel Zucman e outros, bem como da interacção com o pensamento Polanyiano, salientamos uma tese que consideramos ser inovadora, pelo menos na forma clara como é colocada: a desigualdade é uma consequência do processo de desincrustação social.

Como dissemos anteriormente, a desincrustação social, mesmo não sendo possível na totalidade, porque todas as economias estão incrustadas, é possível parcialmente. Essa tentativa de separar a economia de outras instituições gera rupturas no seio das sociedades, com consequências gravosas para o seu funcionamento. Consideramos que uma dessas consequências é a desigualdade. Mas de que forma é que a desigualdade se liga à desincrustação social? Como pode ser a desigualdade o resultado da desincrustação social?

Primeiro, entendemos que a desincrustação social não é o único motivo ou causa para a desigualdade. Como constatamos no primeiro capítulo, a desigualdade é contextual, multicausal e factorial, não podendo ser descrita, nem de forma simplista, por uma só causa. Além disso, bem antes de podemos afirmar que existia desincrustação social já existia desigualdade em várias sociedades (Alfani, 2021). Também por isso nunca poderia ser explicação única para este fenómeno complexo. Todavia,

consideramos que a desincrustação social é um motor forte que leva à intensificação da desigualdade nas sociedades modernas, pelas brechas que abre na sociedade e nas suas relações institucionais. Apesar de Polanyi não ter sido explícito na sua abordagem à desigualdade, entendemos que esta pode ser um dos vários problemas sociais que relata serem consequência do processo de desincrustação social.

Segundo, e ao contrário do que infere Piketty numa fase inicial, entendemos que a desigualdade não é algo natural ou intrínseco às relações económicas. É uma consequência de como elas estão criadas e estruturadas, bem como das suas lógicas de funcionamento. É, portanto, uma questão de forma e enquadramento, não ontológica (no sentido de ser resultante da sua própria natureza). Sendo o mercado a forma primordial de relação económica em sociedades complexas, com esta tese a desigualdade pode ser o resultado do funcionamento e estruturação dos mercados.

Outros autores são mais claros em precisar isto mesmo: a formação da desigualdade não como resultado natural dos mercados, mas sobretudo da forma como são organizados. Ou seja, não se trata de um resultado natural, por consequência do mercado, mas sim um problema institucional, isto é, da forma como os mercados são organizados, montados, instituídos e - fulcral - incrustados. Um destes autores é Emmanuel Saez, que afirmou: “a alocação do rendimento pré-distribuição entre trabalhadores e capitalistas tem sido, historicamente, o local em que a desigualdade é formada e enquadrada” (Saez, 2021).

Terceiro, as análises históricas, políticas e sociais, sobretudo decorrentes dos trabalhos de Piketty, permitem fazer comparações entre momentos de incrustação ou desincrustação e avaliar como evoluiu a desigualdade. Estes fenómenos podem estar correlacionados e possuir um vínculo mais forte do que inicialmente nos é apresentado: quanto mais incrustada se encontra a economia na sociedade, menos desigualdade existe, bem como o inverso.

Quarto, e no seguimento do ponto anterior, os momentos de maior ou menor desigualdade podem ser lidos como uma consequência do jogo de forças do duplo-movimento, isto é, do resultante das forças incrustadoras e desincrustadoras. Desta

forma, se assim for, podemos dar luz ao vínculo entre a desigualdade à desincrustação social.

Para explorar esta tese com mais densidade, teremos, inevitavelmente, e antes de nos debruçarmos sobre alguns períodos concretos, de falar de outras formas de atacar a desigualdade. Uma delas, que praticamente não foi referida até então, é a chamada pré-distribuição. Este processo institucional de regulação de mercados pode ser descrito como sendo uma distribuição antes e durante o processo produtivo. Ou seja, enquanto a redistribuição está associada a uma compressão da desigualdade através distribuição dos ganhos, geralmente por via da taxaço e transferências sociais, a pré-distribuição é “a forma pela qual o mercado distribui os seus ganhos em primeira instância” (Hacker, 2011). Esta não é a única forma de a definir. Existem outros autores que afirmam que a pré-distribuição é composta por “todas as políticas governativas que afectam o rendimento pré-taxação” (Bozio et al., 2024). Esta definição alternativa é, no entanto, bastante limitante, pois para além de reduzir o escopo da pré-distribuição a apenas políticas governativas que afectam o rendimento, ignora também o papel que esse rendimento tem no desenvolvimento e na estruturação dos próprios mercados. Por isso, utilizaremos a primeira definição apresentada.

A pré-distribuição mescla-se bem com a nossa tese de que a desigualdade resulta da desincrustação social, visto que a maioria das soluções que preconiza são, precisamente, a incrustação social. Quando falamos de pré-distribuição, se atendermos à primeira definição apresentada, referimo-nos a políticas que visam colmatar as brechas abertas pela desincrustação, não através da fiscalidade após os vários processos produtivos, mas sim da aglutinação das brechas existentes – da incrustação dos mercados. Usando essa definição, a pré-distribuição é uma forma de reorientar ou realocar os ganhos do mercado de uma forma distinta, no caso, tendo em conta várias componentes políticas ou sociais. Esta visão abarca coisas como, por exemplo, a criação de um Estado Social, com componentes universais e gratuitos, que permitam tirar das esferas mercantis áreas como educação, saúde e protecção social, mas também ferramentas como mais democracia dentro das próprias empresas, novas formas de produção não-mercantil ou sem objectivos comerciais, como cooperativas, mais poder

sindical, salários mínimos, contratações colectivas ou mais segurança do trabalho (Bozio et al., 2024; Hacker, 2011; Parsons & Rabhi, 2025; Saez, 2021). Visões mais abrangentes ou alargadas do que é a pré-distribuição podem incluir ainda investimento público generalizado ou outras esferas menos consensuais.

Consideramos que a pré-distribuição é um fenómeno que, nas suas várias formas e formulações, promove a incrustação social ao alterar a lógica dos mercados existentes e ao fazê-los cumprir vários preceitos de ordem política, social ou cultural. Desta forma, tenta corrigir as brechas abertas pela desincrustação social.

Piketty não abordou, inicialmente, com muito enfoque a pré-distribuição, porque, como dissemos, tinha como subjacente a tese do mercado como algo inevitável, restando cuidar do pós-processo produtivo. Ou seja, tratava-se de amenizar as consequências dos próprios mercados, dando-os como naturais e inevitáveis na sua forma e substância. Além desta posição aproximar-se de um derrotismo, é também pouco transformadora, sobretudo quando segundos alguns autores, estas formas de pré-distribuição, e de consequente combate à desigualdade, são inclusive mais populares que as redistributivas, que recaem sobretudo nas áreas da fiscalidade e taxação (Baudrillard, 2014; Saez, 2021).

A pré-distribuição é algo que se mescla bem com o pensamento de Polanyi: os mercados capitalistas não são naturais, são instituições sociais e políticas cujas consequências advêm da forma como estão estruturados. Assim, a pré-distribuição, mais do que corrigir falhas de mercado através de fiscalidade, pensa como moldar os mercados para que estes cumpram propósitos sociais. Mais do que corrigir falhas dos mercados através de políticas redistributivas, o espírito de Polanyi é o de mudanças institucionais mais profundas, visando corrigir o pecado original: a desincrustação social. É isso que a pré-distribuição pretende fazer.

Veremos, de seguida, alguns momentos históricos e analisaremos, em traços gerais, as principais políticas e instituições associadas a cada um deles, bem como o impacto que tiveram na desigualdade. A escolha destes períodos assenta em alguns critérios particulares: primeiramente, a existência de dados abrangentes e alargados

para a evolução da desigualdade nesses mesmos períodos. De seguida, o facto de Polanyi os ter abordado, ainda que de forma superficial. Terceiramente, a sua contemporaneidade.

A análise que pretendemos fazer não se esgota nestes períodos, nem tampouco no seu âmbito geográfico que é, declaradamente, limitado, e terá um enfoque ocidental.

3.2. A ordem liberal do início do século XX

O início do século XX é um período fundamental para o estudo da desigualdade. Polanyi chamou-lhe “a grande ordem liberal” (Polanyi, 2000). Piketty, por sua vez, trouxe à ribalta um termo há algum tempo esquecido: “Belle Époque” (Piketty, 2013). Este período, que vai, *grosso modo*, desde o fim da guerra franco-prussiana, em 1871, que cria a terceira república francesa e o segundo *reich*, e que dura até à primeira-guerra-mundial, foi marcado por uma paz duradoura na europa, bem como por um optimismo vigente (é essa a origem do termo *Belle Époque*) (Piketty, 2013). Contudo, Piketty veio mostrar que este período, apesar do seu nome, foi pouco belo: na realidade, segundo os seus estudos, nunca houve período tão desigual na modernidade - pelo menos até aos dias de hoje, algo que podemos relembrar pelas imagens 1 e 2 apresentadas no primeiro capítulo (Piketty, 2013).

São vários os estudos e análises que evidenciam uma certa estagnidade e parca mobilidade social neste período (Mattei, 2022; Milanovic, 2017; Piketty, 2013). Contudo, esta visão não é una ou consensual: alguns historiadores económicos mostram que, apesar da concentração elevada de rendimentos e património, foi um período de inovação com repercussões reais no bem-estar das populações, sobretudo no contexto europeu, algo visível pelo alargamento e aumento do consumo de bens e serviços, mas também pelo início de alguns sistemas sociais rudimentares e limitados, como os de Otto von Bismarck na Alemanha (Neal & Cameron, 2019). Como dissemos no primeiro capítulo, não é possível captar toda uma realidade complexa através de poucos indicadores e é natural que, medida em alguns particulares, a desigualdade tenha diminuído neste período. No entanto, os dados que Piketty salienta quanto à

concentração do rendimento e do património, ainda que possam ser parcialmente contestados quanto à sua magnitude, revelam, pela sua dimensão, algo de significativo, profundo e enraizado nesta época (Piketty, 2013).

Para Polanyi, este período foi, como dissemos anteriormente, o expoente máximo do liberalismo económico – uma época da preponderância e alargamento dos mercados, bem como da contínua e generalizada rejeição da interferência estatal ou política nas interações económicas. Havia, contudo, uma diferença face ao período que o antecedeu: durante a *Belle Époque*, também pela manutenção da paz na europa, existiu um contra-movimento significativo, que se manifestou, sobretudo, sob a forma da criação de sindicatos, de partidos de pendor socialista ou social-democrata e ainda de tentativas de regulação do comércio e do trabalho. Ou seja, podemos dizer que durante a *Belle Époque*, existiu um contra-movimento social, com vários contornos e manifestações, que tentou proteger os vários grupos sociais – nomeadamente trabalhadores -, do alargamento e da expansão do mercado. É o que Polanyi diz: “a história social do século XIX foi o resultado de um duplo movimento (...) Enquanto os mercados alastraram por toda a face da Terra, interveio, por outro lado, uma série de medidas e decisões políticas (...) que visavam controlar a ação do mercado sobre o trabalho, a terra e a moeda.” (Polanyi, 2000).

No entanto, como o próprio atesta, o resultado líquido do duplo movimento foi o aprofundar da desincrustação social: o contra-movimento social não foi suficiente para fazer face ao alargamento da “mentalidade obsoleta de mercado” (Polanyi, 2021b). Na realidade, uma das principais razões para que o contra-movimento social não tivesse sucesso foi o assentar em alguns princípios e normativas que garantiam a subordinação da sociedade ao mercado auto-regulado (Polanyi, 2000). Segundo Polanyi, a civilização do século XIX, que ainda perdurava no início do século XX, assentava em quatro instituições: o sistema de equilíbrio de poder, que garantia a paz; o padrão-ouro; o mercado auto-regulado; e o Estado Liberal, assente também em algum nacionalismo (Polanyi, 2000). Todos eles, em simbiose, ditavam as fundações da ordem liberal vigente. Com notas para todos, até pela relação que construía em conjunto, Polanyi dedicou mais tempo a um destes pilares: o padrão-ouro.

O padrão-ouro foi um sistema monetário internacional em que as moedas dos vários países eram convertíveis numa determinada quantidade de ouro e isso definia a sua relação e razão de troca. Este sistema foi ganhando popularidade ao longo de todo o século XIX, com o aumento significativo do comércio internacional, e obteve preponderância na *Belle Époque*. Segundo Polanyi, o padrão-ouro garantia a estabilidade cambial entre os países e impérios, o que facilitava o comércio internacional, mas exigia uma disciplina e rigor económico e orçamental extremamente rígidos aos vários países (Polanyi, 2000). Isto implicava a perda da capacidade de acção ou de resposta a eventuais flutuações decorrentes do comércio, pois o padrão-ouro funcionava como uma espécie de mecanismo de ajuste automático: países com défice na balança comercial eram forçados a enviar ouro, o que exigia uma contracção económica interna, pela escassez (real) de moeda. Ou seja, as necessidades sociais estavam subordinadas às exigências e consequências do mercado e do comércio internacional, bem como da necessidade de financiamento dos Estados (Polanyi, 2000). Desta forma, o padrão-ouro ignorava os custos sociais existentes internamente por forma a garantir a estabilidade nas relações comerciais.

Podemos dizer que o padrão-ouro foi a cola da economia mundial durante a *Belle Époque*, pois era a garantia que os países tinham de que as regras do comércio internacional seriam respeitadas, que a paz seria duradoura e que o mercado auto-regulado seria uma instituição difícil de quebrar. Ou seja, o padrão-ouro era o elemento essencial – o pilar fundacional – da ordem liberal da época. Ao mesmo tempo, e decorrente disso, era um mecanismo que garantia que era a sociedade que se ajustava ao mercado e não o contrário – era, portanto, o pináculo da desincrustação social neste período. Portanto, para Polanyi, o padrão-ouro não era apenas um sistema monetário – era uma instituição política que impunha a lógica do mercado à sociedade.

A fixação com o padrão-ouro, bem como com outros instrumentos da chamada “ordem liberal”, como o “comércio livre” ou a expansão do capitalismo por via do investimento estrangeiro constituíram as bases que permitiram a 1ª Guerra-Mundial (Crotty, 2019; Dale, 2010; Polanyi, 2000). Ou seja, segundo Polanyi, a 1ª Guerra-Mundial não foi apenas o resultado de um problema diplomático (no caso, o assassinato do

arquiduque Franz Ferdinand), mas também uma consequência do estalar da ordem liberal e das bases que a sustentavam: por uma crise profunda resultante do agudizar da desincrustação social (Polanyi, 2000). Keynes parece secundar esta posição quando diz: “Os problemas mais sérios para Inglaterra vieram com a guerra, mas as suas origens são muito mais fundamentais (...) as forças do século XIX fizeram a sua corrida e estão exaustas” (Crotty, 2019). Existe, portanto, uma concepção abrangente de que o eclodir da primeira guerra mundial, decorrente também de crises diplomáticas e de tensões políticas, adveio das fundações do liberalismo económico.

Não surpreende, portanto, que à luz da nossa tese, este período tenha sido dos mais desigualitários da história e, provavelmente, o mais desigual da modernidade. Falamos do momento em que a desincrustação social foi maior, resultante de uma série de políticas que obrigavam a sociedade a adaptar-se aos princípios do mercado auto-regulado. Houve, desta forma, na *Belle Époque* um enquadramento institucional crescente, no sentido da mercantilização, que garantia que as políticas públicas feitas eram propícias ao alargamento e supremacia dos mercados.

Ao contrário do pensamento para o qual Piketty nos encaminha nos seus primeiros livros, é necessário olhar para a formação da desigualdade, não como uma inevitabilidade decorrente de uma qualquer relação ($r > g$, no caso), mas sim como resultado do enquadramento institucional vigente. Na Belle-Époque, a normativa presente garantia a inexistência de uma preocupação com políticas cujo objectivo fosse diminuir a desincrustação social – na realidade, a situação era a oposta. Desta forma, a desigualdade não só não poderia diminuir como tinha todas as condições para se manter muito elevada (e foi o que aconteceu). Ou seja, não foi por um qualquer resultado inevitável do mercado ou lei económica fundamental que a desigualdade neste período foi elevada, mas pelas políticas e instituições que moldavam esses mesmos mercados.

Para Polanyi, este período não foi apenas desigual pela distribuição da riqueza e do rendimento, mas porque o próprio enquadramento institucional privilegiava o mercado, independentemente das condições sociais que daí resultavam (Piketty, 2013). Como disse Polanyi, “só numa sociedade de mercado é que o mecanismo económico impõe a lei” (Polanyi, 2021b). Isto é, na *Belle-Époque* as relações de mercado ditavam a

organização social e não o contrário: eram causa e não consequência da organização social, a antítese do que, para ele, era a história da humanidade até então.

Contudo, a aparente estabilidade e prosperidade da *Belle-Époque* assentava em bases sociais profundamente desiguais e frágeis. O nome dado ao período era, de facto, artificial. A “cola” que cimentava toda esta época (o padrão-ouro) era o elemento que mais criava rupturas insanáveis, como se veio a comprovar pela primeira-guerra mundial, segundo Polanyi. Decorrente disso, não se tentou diminuir o fosso da desincrustação através da aglutinação das falhas, mas pelo contrário: foram criadas políticas que fomentaram a desincrustação e, por conseguinte, a desigualdade.

A Belle Époque foi, portanto, o período em que as sociedades ocidentais viveram como se pudessem ser governadas pelo mercado — e pagaram o preço quando isso se tornou insustentável. Isto é particularmente visível nas tentativas (conseguidas) posteriores à 1ª Guerra-Mundial de retomar ao padrão-ouro. Só que a cola já tinha estalado. Essa rigidez artificial apenas contribuiu para a instabilidade, deflação, desemprego e desigualdade, o que impediu também a actuação dos países nas várias crises do período entre-guerras. Em última análise, de acordo com Polanyi, mas também com Clara Mattei, cimentavam-se as bases para a ascensão de regimes autoritários e fascistas dada a incapacidade de resposta das instituições políticas aos pedidos de protecção face à ordem liberal. Sobretudo, porque havia um grande erro de concepção: as falhas existentes não eram do mercado, eram de incrustação (Mattei, 2022; Polanyi, 2000).

3.3. O período de ouro social-democrata

Saltamos do fim da primeira guerra mundial para o final da segunda, não porque o período entre-guerras não seja interessante, mas sobretudo porque é caracterizado por vários momentos contrários dentro de si, o que, para fazer uma análise séria e digna, necessitaria da sua divisão em dois ou mais momentos (pré e pós grande depressão, por exemplo), o que esgotaria o tempo, espaço e escopo disponível para esta dissertação. Além disso, este período foi bastante diferente em vários países, mesmo dentro do panorama ocidental e europeu. Assim, entendemos que este período careceria de uma

análise por si só, suportado em autores como Clara Mattei, Keynes ou ainda o próprio Polanyi (Crotty, 2019; Mattei, 2022; Polanyi, 2000).

O período do pós-segunda-guerra mundial é amplamente discutido por várias áreas de estudo. Tal como na *Belle-Époque*, existem várias designações para as décadas que seguiram a última guerra-mundial, sobretudo na Europa e, em menor dimensão, nos Estados Unidos: *les trente glorieuses*, o período de ouro social-democrata, a época do Estado-Social (Piketty, 2020; Villacañas, 2020). Neste período, como podemos atestar pelas figuras no primeiro capítulo, a desigualdade de património e de rendimento diminuiu de forma substancial e manteve-se em valores mínimos durante várias décadas nos países em análise (ocidentais).

A segunda-guerra mundial, tal como a primeira, trouxe devastação e destruição, sobretudo no seu principal teatro de operações: a Europa. Muito do capital existente antes de 1939 foi destruído e podemos dizer que nesses anos houve uma compressão da desigualdade, não porque tenha havido uma série de políticas públicas nesse sentido, mas porque a destruição de capital afectou sobretudo os indivíduos mais ricos (Piketty, 2013). De forma mais coloquial, podemos afirmar que, momentaneamente, os ricos ficaram mais pobres, o que permitiu a compressão da desigualdade porque toda a gente ficou numa pior situação. No entanto, ao contrário do que sucedeu com a primeira-guerra, essa compressão da desigualdade manteve-se durante décadas – e até diminuiu ainda mais em alguns casos – apesar do aumento generalizado da riqueza. Porquê?

Saída dos escombros da segunda-guerra mundial, a Europa precisava de se reerguer. A ordem liberal do século XIX já estava enterrada – os acordos de Bretton-Woods são um exemplo disso – e era necessário um novo paradigma que sustentasse não só a reconstrução da Europa, como também as exigências de maior democracia a todos os níveis (Piketty, 2020). Se olharmos para as quatro instituições que Polanyi definiu como sendo os pilares da ordem liberal (padrão-ouro, sistema de equilíbrio de poder, mercado auto-regulado e Estado Liberal), podemos ver que nenhuma delas teve um peso significativo neste período. O padrão-ouro já não existia e os acordos de Bretton-Woods cimentavam um novo equilíbrio monetário, mais justo e flexível. O sistema de equilíbrio de poder, nos países ocidentais, não era tão frágil nem estava em

situação de concorrência extrema (havia, contudo, o crescente de tensões que viriam a culminar na chamada Guerra Fria). O mercado auto-regulado, depois das experiências das economias de guerra, como Polanyi abordou, já não estava em vigor (Polanyi, 2021b). O Estado, que não deixou de ser liberal numa acepção mais lata do termo, participava definitivamente com maior peso na economia, criando, de forma generalizada, a chamada economia social de mercado, algo que não deixou de merecer a atenção e crítica de liberais mais simpáticos com outra ordem sistémica (Hayek, 2008).

Neste período, a derrota do fascismo foi concomitante com a vitória eleitoral, em vários países ocidentais, de partidos socialistas, trabalhistas ou sociais-democratas. Em Inglaterra, os trabalhistas ganharam as eleições logo após o término da guerra e formaram governo pela primeira-vez, em França vários governos da IV república foram liderados pelos partidos de esquerda (nomeadamente o PCF e a SFIO), na Alemanha houve um consenso alargado que incluiu também o partido Social-Democrata, na Suécia os Sociais-Democratas (SAP) aprofundaram a sua hegemonia com Tage Erlander e, posteriormente, com Olof Palme (Lefranc, 1971).

Este período, como diz uma das designações, durou cerca de 30 anos: *grosso modo*, de 1945 até à crise da estagflação de 1973 (Piketty, 2020). Em alguns países, ainda podemos dizer que durou até meados dos anos 80, com alguns interregnos, como é o caso da Itália (governos do PCF de Enrico Berlinguer) ou da França (sob os governos PS-PCF de Mitterrand). Importa lembrar que os trinta gloriosos foram marcados por um consenso alargado que não se limitou somente aos partidos socialistas, trabalhistas e sociais-democratas: muitos outros partidos e movimentos, da democracia-cristão aos sociais-liberais, não só fizeram parte da edificação deste novo período como foram promotores essenciais (Piketty, 2013). Este consenso, muitas vezes também designado por consenso keynesiano, devido às principais teses de Keynes estarem em vigor, serviu de mote para a acção dos governos e comunidades, preterindo, de vez, a ordem liberal do início do século. Podemos sumariar as principais ideias de Keynes como sendo compostas por políticas de pleno emprego, com gestão da procura agregada e uma economia versada pelo lado da procura.

Este consenso alargado não se deveu a uma mudança significativa das políticas ou da ideologia dos partidos mais distantes da social-democracia, mas sobretudo pela necessidade imperiosa de uma mudança na Europa e pelo receio do comunismo do bloco de leste, que vinha a ganhar tracção após a segunda-guerra-mundial (Piketty, 2013, 2020). Era urgente, por isso, a necessidade de garantir uma distribuição mais equitativa dos ganhos, sobretudo junto da classe trabalhadora. O mesmo atesta Polanyi quando diz “não foi só a ameaça ilusória de uma revolução comunista, mas o facto inegável das classes trabalhadoras estarem em condições de forçar intervenções que esteve na origem do medo” (Polanyi, 2021a).

Várias políticas públicas foram instituídas, com adaptações locais e regionais, com vista à melhoria significativa das condições de vida, bem como à democratização de várias esferas sociais, políticas e económicas. A criação do que hoje comumente designamos por Estado-Social ou Estado-Providência, nas suas múltiplas formas e estruturas, foi algo comum a todos estes países neste período (Bozio et al., 2024; Piketty, 2013). Apesar das diferenças muito significativas entre os países, devido às várias realidades políticas, sociais e culturais, este Estado-Social foi caracterizado pelo alargamento da educação gratuita e financiada a mais níveis de ensino (com particular destaque para o ensino superior), a criação de modelos de saúde pública universais e gratuitos (do NHS em Inglaterra aos modelos de seguros de saúde da Alemanha), uma rede de infraestruturas públicas alargada (da habitação aos transportes) e sistemas de providência social (com seguros de acidentes no trabalho, subsídios de desemprego, reformas e pensões) (Piketty, 2013, 2020; Saez, 2021).

Mas as políticas públicas deste período foram além da criação e edificação do Estado-Social. Neste período, os sindicatos passaram a ter um peso maior na vida de várias empresas e sectores, assim como passaram a estar incluídos em sistemas de co-gestão e co-criação empresarial (Lefranc, 1971; Piketty, 2020). Em vários países, como é o caso da Suécia ou da Alemanha, as confederações sindicais tinham um papel essencial na determinação das políticas públicas dos governos sociais-democratas, sendo, inclusive, definidores e promotores de políticas económicas, industriais e salariais (Meidner, 1998).

Além disso, neste período, como já referimos *en passant*, o Estado não se coibia de intervir directamente na economia, seja através das várias políticas públicas que referimos acima, seja através de projectos de interesse público (ou economia de missões, como lhe chama a Marianna Mazzucato) (Mazzucato, 2021). O fomento de políticas industriais selectivas, que promoviam indústrias estratégicas que respondiam às missões definidas social e politicamente, garantiam o alinhamento de interesses entre poder político, social, económico e comunitário, assim como a prossecução de algumas metas consideradas relevantes na época (como o pleno emprego) (Chang, 2022; Piketty, 2013).

Podemos dizer que este foi, de forma generalizada, o período de auge mundial da pré-distribuição. Todas as políticas que referimos podem ser entendidas como fazendo parte de todo um enquadramento institucional que visava a pré-distribuição, isto é, a aglutinação das brechas abertas pela desincrustação social. Concretizando, as políticas instituídas tinham como mote a rejeição do mercado auto-regulado, orientando ou alocando os ganhos de uma forma distinta: atendendo a princípios sociais.

Mas as políticas desta época não se esgotaram na pré-distribuição: houve um reforço importante e significativo das políticas de redistribuição, com sistemas de taxaço muito mais progressivos, impostos sobre a riqueza generalizados e transferências sociais em montantes significativos (Piketty, 2013).

Naturalmente, falamos de tendências longas no tempo, tipicamente de vários anos e algumas décadas. Evidentemente, algumas rupturas significativas ocorreram na história (e o fim da segunda-guerra mundial foi certamente uma delas), mas todas as políticas acima descritas demoraram vários anos a serem conseguidas e, posteriormente, a serem institucionalizadas e generalizadas. Além disso, várias destas políticas não surgiram no vácuo ou apenas devido ao choque do fim da guerra: como o próprio Polanyi admite, o enquadramento institucional do pós-segunda-guerra adveio, parcialmente, do sucesso das economias de guerra durante 1939-1945 (Polanyi, 2021b). Podemos, de igual forma, pensar no *New Deal* como sendo um projecto de primórdios que moldou este período. Ou seja, mesmo antes da segunda-guerra mundial terminar,

já existiam bases que rejeitavam o mercado auto-regulado, ainda que feitos de forma parcialmente forçada (o caso das economias de guerra). Apesar do consenso alargado que, como dissemos, posteriormente incluiu vários partidos e movimentos, muitas destas políticas não passaram incólumes e sofreram oposição considerável, tanto por partidos, movimentos e intelectuais, com notavelmente F.A. Hayek à cabeça (Hayek, 2008).

Se na Belle-Époque a sociedade se encontrava subjugada pela forças-vivas do mercado, neste período podemos dizer o oposto: o mercado foi orientado, não para servir como elemento autónomo, não para subsistir como esfera independente, mas para servir como meio para a fluidificação da interacção económica entre os indivíduos, respondendo sempre a preceitos políticos, sociais e culturais. Em suma, foi o período de auge da incrustação social, em que se alinharam interesses económicos, políticos e sociais (Chang, 2022).

Não é, então, com surpresa, que constatamos que ao longo deste período a desigualdade, nos indicadores referidos inicialmente, tenha diminuído significativamente e manteve-se em valores historicamente baixos durante algumas décadas (Piketty, 2013). Neste período, à luz da nossa tese, a desincrustação social diminuiu de forma muito significativa através da pré-distribuição, o que garantiu o enquadramento institucional para a compressão da desigualdade ao longo de vários anos, permitindo uma redistribuição mais equitativa dos ganhos criados. Além disso, noutros indicadores, como o consumo, a desigualdade também diminuiu, sobretudo pelo alargamento do poder de compra dos cidadãos e o aumento da disponibilidade de bens de consumo, algo que não passou sem contestação por parte de intelectuais, desta feita, de esquerda, como Jean Baudrillard (Baudrillard, 2014).

Bauman, numa leitura mais simpática, mas de forma um pouco literária, sintetizou o sentimento desta época como sendo de “um mundo em que a solidariedade, a compaixão, a troca, a ajuda e as simpatias mútuas suspendem a escolha racional e a busca do auto-interesse. Um mundo cujos habitantes não são nem concorrentes nem objectos de uso e consumo, mas colegas no esforço contínuo e interminável de construir e tornar possível a vida partilhada” (Bauman, 2006). Esta

concepção de uma vida em conjunto, onde outras características que não “a busca do auto-interesse” teriam mais peso, liga-se perfeitamente à nossa concepção de igualdade, mas também de liberdade. É necessário, contudo, referir que esta tese, e em particular a citação de Bauman para esta dissertação, não se refere ao mundo, mas sim aos países do ocidente em análise.

Aos olhos de uma concepção da liberdade enquanto não-dominação, isto é, em que é necessário que os indivíduos não estejam em situações de assimetria extrema de poder, capacidade e recursos, o fomento da incrustação social permite a criação de redes de apoio comunitárias que promovem a liberdade. Ao trazer de novo a economia para a esfera política, social e comunitária, moldam-se os preceitos que a guiam: a economia torna-se mais uma faceta da interacção humana, com muitas características humanas que a constroem “a solidariedade, a compaixão, a troca, a ajuda e as simpatias mútuas”.

Desta forma, a incrustação social, com várias políticas de pré-distribuição, garantiu a diminuição da desigualdade durante todo o período de ouro social-democrata: o mercado foi subjugado pela vontade social e obrigado a responder a preceitos de ordem política, social e cultural. Foi, portanto, um período de enraizamento das esferas económicas nas políticas e sociais, de aproximar o que antes se tinha separado, de aglutinar as rupturas criadas. Mas, como tudo, teve o seu fim. É o que veremos de seguida, no último sub-capítulo desta dissertação.

3.4. A era contemporânea

Não é claro quando se pode afirmar que o consenso social-democrata terminou. Ao contrário da ruptura que dita o seu início (o fim da segunda guerra), o seu término não é uno. É relativamente consensual dizer-se que um dos seus primeiros grandes embates (e derrotas) foi a crise da estagflação de 1973. Na sequência de embargo da OPEP à exportação de petróleo para os países ocidentais (que apoiaram financeira e militarmente Israel na guerra do *Yom Kippur*), o preço do petróleo dispara, levando toda a economia, extremamente dependente à época, a uma situação de inflação elevada.

Relembramos que, à época, os países ocidentais viviam sob a égide de preços do petróleo bastante baixos, o que os deixou bastante expostos a esta crise. Contudo, a inflação, que subiu de forma extrema em 1973, já vinha dando indícios de uma subida ligeira nos anos anteriores. Esta inflação, associada a uma crise nos investimentos públicos, assim como à desaceleração global da economia, gerou uma estagnação económica que perdurou durante alguns anos e marcou o início da crise dos modelos sociais-democratas discutidos no sub-capítulo anterior (Stiglitz, 2018).

Mas, ainda assim, esta crise foi marcadamente diferente. Não no sentido das suas implicações directas e momentâneas, mas por ter sido justificação ideal para a construção de uma narrativa política: o fim das políticas de bem-estar, do Estado Social e, em suma, do consenso keynesiano. Segundo Rudolf Meidner, economista socialista sueco, discípulo do Nobel Gunnar Myrdal, e definidor de várias políticas sociais-democratas suecas, o consenso keynesiano esgotou-se após a crise da estagflação por um “um ataque concertado pelo capital que minava as estruturas sindicais”, “oposição dos não-socialistas”, por “uma incapacidade do governo de manter pleno emprego e estabilidade de preços” e, sobretudo, por os “socialistas abandonaram a propriedade comum como essência do socialismo e abraçaram a economia de mercado” (Meidner, 1998). Houve, portanto, um esgotar do consenso que tinha sustentado o período de ouro social-democrata, não necessariamente pela crise da estagflação, mas por uma alteração profunda da visão de sociedade dos vários actores sociais. Essa alteração resultou, também, de um esgotamento do consenso keynesiano e da sua incapacidade em resolver, na totalidade, alguns dos novos desafios que eram colocados. A crise petrolífera colocou a nú isto, sobretudo porque o contexto em o consenso keynesiano proliferou tinha terminado. Por exemplo, o hiato tecnológico que existia entre os Estados Unidos e a Europa, algo essencial para o próprio consenso keynesiano, dissipava-se e esgotava-se assim um dos motores do crescimento (cuja origem era de convergência com a economia líder). A alteração substancial do paradigma vigente, decorrente de uma oportunidade vinda da crise da estagflação também teve origem na manifesta incapacidade de regeneração do consenso keynesiano, que exigia novas respostas para novos tempos.

Segundo Rudolf Meidner, os socialistas desempenharam um papel primordial nesse jogo. Ao “abraçaram a economia de mercado”, invertiam a sua posição anterior. Se antes promoviam e potenciavam a subjugação do mercado aos interesses sociais, agora permitiam que o mercado retomasse à sua versão de mercado auto-regulado, isto é, e como definiu Polanyi, uma situação em que o mercado “organizava a totalidade da vida económica sem a interferência do exterior” (Polanyi, 2000). Esta alteração ideológica profunda foi um ponto-chave para a inversão do paradigma do período de ouro social-democrata: se nem os seus principais promotores e defensores (em teoria) defendiam a incrustação social, este era um projecto condenado ao fracasso. Ou seja, a regeneração do consenso keynesiano também não ocorreu devido a mudança de vontades.

Villacañas, filósofo espanhol, vai mais longe nesta tese quando nos diz diz-nos que foi a competitividade e a aceitação do *homo economicus* como a condição exclusiva da possibilidade de liberdade e, com ela, a “motivação económica através do mercado como meio único de conquistar a liberdade”, que permitiu, em parte, a inversão do paradigma social-democrata que até então vigorava (Villacañas, 2020). A isto podemos agregar a tese de Meidner de que os socialistas não só nada fizeram para se opor, como abraçaram a ideia “do mercado como meio único de conquistar a liberdade” (Meidner, 1998).

Relembramos também que esta crise ocorreu pouco depois dos movimentos de libertação do Maio de 68. Entre toda a agitação política, na base, estava a concepção de que o caminho trilhado desde o fim da segunda-guerra precisava de um novo ímpeto e, sobretudo, de conquistar novos objectivos (Baudrillard, 2014). De certa forma, exigia-se um aprofundar dos valores descritos no sub-capítulo anterior, isto é, era pedido muito mais no sentido da incrustação social do que estava a ser dado pelas instituições clássicas, mas sem a rigidez de outrora (Meidner, 1998). Uma tese inovadora, mas proliferada recentemente, diz que o fim do consenso keynesiano que suportou o período de ouro social-democrata ocorreu, em larga medida, devido à resposta das estruturas de poder na sequência dos movimentos de Maio de 68 (Villacañas, 2020). Estas estruturas de poder viram-se ameaçadas pela emancipação crescente das classes

mais desfavorecidas e encontraram nos pedidos de mais libertação do Maio de 68 um caminho possível para a ruptura.

Villacañas diz-nos que muita da “mentalidade anti-disciplinar”, advinda da contestação do Maio de 68, que clamava por instituições mais abertas, participadas, modernas e democráticas foi “cavalo de Tróia” pelo qual se introduziu o fim do consenso keynesiano. Cristian Laval disserta na mesma linha de forma muito clara quando diz que o “neoliberalismo foi a resposta da direita às críticas das disciplinas e do poder estatal levada a cabo pela esquerda pós-68” (Villacañas, 2020). Portanto, os pedidos por uma reformulação das instituições, que fossem, poder-se-á dizer, mais libertárias⁴, foi, para estes autores, a porta de entrada para a aceitação do mercado enquanto forma primordial de associação (Bauman, 2006; Villacañas, 2020).

Os pedidos feitos a Maio de 68 nada tinham que ver com o que se seguiu, é certo, mas foi, como disse Villacañas, a porta de entrada para a aceitação do mercado enquanto entidade independente, com a sua agenda atomizadora e desigualitária. Politicamente, isto foi suportado pelas vitórias relevantes de partidos e movimentos favoráveis a essas políticas, naquilo que foi comumente designado por “revolução conservadora” (sem esquecer que, como disse Meidner, os socialistas também já tinham abraçado essa nova ordem mundial) (Stiglitz, 2018).

Em 1979, foi eleita Margaret Thatcher como primeira-ministra britânica. A sua agenda foi clara desde o início e, ao longo do seu mandato, várias políticas, que à luz da nossa tese podem ser consideradas como desincrustadoras, foram instituídas. A diminuição de impostos progressivos, o desfinanciamento sucessivo das principais políticas de pré-distribuição como a educação, transportes saúde e habitação, bem como a redução de poder de sindicatos e da sua participação foram essenciais para a sua política (Chang, 2022). Em 1981, Ronald Reagan, eleito pelo partido republicano, fez algo parecido nos Estados Unidos. As políticas dos seus governos foram marcadas pela

⁴ Aqui, tal como no resto da dissertação, utiliza-se o termo libertário com a sua conotação original: uma corrente de esquerda, socialista, próxima ou tendo influências do anarquismo. Deste pensamento destacam-se Proudhon, Bakunine, Kropotkin e outros.

liberalização financeira, cortes de subsídios a várias franjas da população, bem como o congelamento do salário mínimo e a saída progressiva do Estado da economia, tudo num movimento que resultou na supremacia do mercado auto-regulado (Chang, 2022; Stiglitz, 2018). Os pedidos de mais liberdade, exigidos a Maio de 68, decorrentes de estruturas muito clássicas e centralizadas, foram respondidos com políticas desincrustadoras.

Não surpreende, então, à luz da nossa tese, que a desigualdade tenha vindo a aumentar ao longo deste período, sobretudo quando medida pelos rendimentos e património (Piketty, 2013, 2020). Contudo, é também necessário referir que a desigualdade não se manifesta, hoje, da mesma forma que na Belle-Époque, mesmo que os valores ou a sua magnitude sejam similares. Ou seja, neste período de contra-movimento, caracterizado por uma desincrustação crescente, e por conseguinte desigualdade, não é possível, ainda assim, retornar *ipsis verbis* ao momento vivido na Belle-Époque.

A desigualdade está a aumentar, sim, e as políticas de pré-distribuição que falamos no sub-capítulo anterior estão sob ataque, seja pela financeirização dos Estados Sociais, com a introdução de “lógicas de cliente”, seja por uma redução substancial do poder social e comunitário, via sindicatos, associações e confederações. Mas o facto de estas instituições (em termos latos) ainda existirem permite que haja uma força que diminua o impacto da desigualdade. A criação de uma “classe média”, uma inovação na história da humanidade advinda do período de ouro-social democrata, é uma dessas forças que constitui um entrave à manifestação da desigualdade na forma como foi sentida na Belle-Époque (Piketty, 2020).

Além disso, neste período de contra-movimento face à desincrustação, percebeu-se que não era possível retomar *ipsis verbis* ao momento histórico vivido na Belle-Époque, pelo menos com as quatro instituições que Karl Polanyi tinha referido. Saez atesta esta inferência quando diz: “o que sucedeu neste período é que mesmo uma solução individual através dos mercados (...) não funciona bem sem a ajuda significativa ou do governo, da comunidade organizada ou várias instituições sociais” (Saez, 2021). Segundo esta tese, percebeu-se, durante o período de ouro da social-democracia, que

a economia podia ser potenciada se houvesse peso do Estado na economia. O Estado (e a comunidade política organizada) têm saído cada vez mais de cena, mas a sua presença garante estabilidade e segurança enquanto permite que a alocação dos ganhos do mercado seja feita na direcção contrária da que existia no período de ouro social-democrata (Graeber, 2022b).

Estas concepções não reduzem a importância da nossa questão, o impacto da desigualdade ou atenta à nossa sugestão da desigualdade ser um entrave à liberdade. Dizem-nos apenas que os fenómenos de incrustação e desincrustação não ocorrem no vácuo, mas sim num determinado enquadramento institucional, que tem a sua própria dinâmica e pode ser mais ou menos estanque, isto é, ser mais ou menos susceptível de mudança. Hoje, as estruturas sociais e políticas, decorrentes também da incrustação do período de ouro-social democrata, garantem, em vários países ocidentais, por agora, um mínimo de protecção social. Existem várias estruturas, bem como uma série de redes de apoio, que implantaram uma incrustação difícil de remover.

Todavia, o ataque que têm vindo a sofrer ao longo das últimas décadas, com a diminuição notória das políticas de pré-distribuição, a alteração do paradigma sociológico do comunitário para o individual, a atomização crescente e a concepção da realização individual através do mercado, encaminha-nos no sentido de uma desincrustação crescente, com o potenciar da desigualdade (Han, 2014; Piketty, 2020).

Não se torna chocante, por isso, o recrudescimento de movimentos totalitários, que, aproveitando-se do crescimento da desigualdade, da ausência de esperança e de progresso, da crescente (aparente) incapacidade dos governos em agir, galgam terreno, deixando as restantes forças democráticas encostadas entre a espada e a parede (Mattei, 2022; Mudde, 2020). Tal como no seguimento da primeira-guerra mundial, e abordado por Polanyi, estamos numa fase crítica em que devemos entender que as falhas não são de mercado: são de incrustação.

Naturalmente, se este caminho progredir, caminhamos na direcção de uma maior desincrustação e nada nos garante que não possamos retomar a um ponto idêntico ao da *Belle-Époque* ou ainda pior em termos de desigualdade. Em suma, no que

toca às dinâmicas sociais, nada é garantido: estão sempre em constante mutação (Graeber, 2022b). E se, de momento, caminhamos no sentido da desincrustação social, e, por conseguinte, da desigualdade, nada nos impede de pensar que, no futuro, não possamos voltar fazer o inverso: rumo à incrustação, à igualdade, à liberdade.

Conclusão

“Como podemos ser livres, apesar da sociedade? E não só na nossa imaginação, não só abstraindo-nos da sociedade, negando o facto de estarmos entrelaçados com as vidas dos outros”, questionou-se Polanyi, numa tentativa de explicar que a liberdade individual numa sociedade complexa é, também em si, algo muito complexo. Karl Polanyi fez sobressair a tensão existente entre a liberdade individual e a existência da sociedade, como claramente vemos pela questão que faz no início da citação. Será que o facto de as nossas vidas estarem entrelaçadas com a de outros constitui uma negação da liberdade individual?

No início desta dissertação, colocamos a hipótese da desigualdade existente ser um indício de uma sociedade não inteiramente livre, aos olhos de uma concepção da liberdade enquanto não-dominação. Esta visão de liberdade diz-nos que alguém é livre desde que não viva sob o desejo arbitrário ou a dominação de outros. Esta concepção ajuda-nos a responder à questão de Karl Polanyi apresentada no parágrafo anterior: desde que não exista um estado em que alguém viva sobre a dominação de outro, os entrelaçamentos que construímos entre nós não são, necessariamente, um impedimento à liberdade. Podemos, portanto, ser livres, mesmo vivendo numa sociedade complexa.

Inferimos, também, que a desigualdade poderia ser um impedimento à concretização da nossa definição de liberdade, justamente por criar situações que podem gerar “dominação” de um sobre o outro. Esta inferência reforça a importância do estudo da manifestação e origem da desigualdade, particularmente num período em que, em alguns indicadores, ela cresce, como mostramos claramente no primeiro capítulo.

Contudo, é possível ir ainda mais longe na interacção entre liberdade, (des)igualdade e a pergunta de Karl Polanyi: podemos inverter o ónus da questão. Ao longo desta dissertação tentamos evidenciar que é justamente o entrelaçamento das relações humanas que permite a existência da liberdade individual numa sociedade

complexa. Para tal, recorremos ao conceito de desincrustação social, descrito inicialmente por Polanyi.

O conceito de desincrustação social, como evidenciamos ao longo do segundo capítulo, não é uno ou coeso. Parte desse problema advém de Polanyi utilizar o conceito de forma dual e nunca ter explicitado, devidamente, os seus limites. Alguns investigadores têm dissertado sobre as várias conotações e entendimentos da expressão, bem como os seus impactos nas várias ciências sociais. Normalmente, existem dois entendimentos, antagónicos, para a desincrustação social. O primeiro concebe-a como sendo um conceito gradual, algo como uma variável da história que reconhece a separação da vida económica e da vida social como um processo que move a história. O segundo entendimento concebe a desincrustação social como princípio metodológico de que a economia e a sociedade só podem ser entendidas em conjunto, não sendo assim uma variável ou algo que possa mudar ao longo da história.

No nosso entender, o antagonismo presente entre os dois conceitos aproxima-se de um falso maniqueísmo. Concebemos a desincrustação social como princípio que diz que os estudos de componentes sociais só fazem sentido se observados, em conjunto, com preceitos económicos, e vice-versa. Contudo, para além dessa leitura, acrescentamos que existem movimentos que promovem a desincrustação, mesmo sendo ela impossível na totalidade. Esses movimentos permitem a criação de brechas no sistema social, o que gera situações intermédias. Assim, desta forma, a desincrustação social, sendo impossível enquanto totalidade, é realidade enquanto algo parcial.

A concepção de uma desincrustação social parcial é um dos principais contributos desta dissertação. Esta interpretação diz-nos que economia e sociedade só fazem sentido entendidas em conjunto, pois fazem parte do mesmo ecossistema interactuante, mas que a sua separação total é algo fictício. Assim, podemos dizer que todas as economias estão incrustadas, mas umas mais que outras, justamente devido aos movimentos incrustadores e desincrustadores. A incrustação social é, em suma, a garantia que as relações económicas estão imbuídas em preceitos sociais, culturais e políticos.

Voltando à interacção entre liberdade, desigualdade e à questão inicialmente colocada por Polanyi, podemos conceber o entrelaçamento referido como sendo uma consequência do processo de incrustação social, isto é, do enraizamento e junção das relações sociais e económicas entre os indivíduos. Se assim for, esse entrelaçamento pode não só não ser algo negativo para a prossecução da liberdade, mas justamente um pilar para a sua existência. Ao ser uma consequência da incrustação social, o entrelaçamento das relações humanas permite a compressão da desigualdade, uma necessidade para a prossecução da nossa visão de liberdade.

Numa era em que o mercado é a forma primordial de relação económica entre os indivíduos, importa perceber se e como é incrustado. Para tal, explanamos e utilizamos o enquadramento da pré-distribuição como forma de atestar se as relações através do mercado estão ou não incrustadas. Consideramos a pré-distribuição como sendo a forma pela qual o mercado distribui os seus ganhos em primeira instância. Ou seja, a pré-distribuição encerra em si uma mudança estrutural das formas do mercado para que cumpram preceitos sociais, culturais e políticos. Tipicamente, as formas de comprimir a desigualdade focam-se excessivamente em políticas que se enquadram na redistribuição. Só que abordar apenas a redistribuição naturaliza a desigualdade através do mercado e valida o poder desigual nele existente, como abordamos com maior densidade no início do terceiro capítulo. Assim, optamos por avaliar o grau de incrustação de uma determinada sociedade pelas políticas de pré-distribuição.

Avaliamos, de forma sucinta, três períodos: a Belle-Époque; a era de ouro social-democrata; a era contemporânea. Em cada um destes períodos, dissertamos sucintamente o enquadramento institucional vigente, sob o prisma da pré-distribuição, e avaliamos o grau de desincrustação existente. Estes períodos são limitados no seu escopo, têm fronteiras temporais e geográficas dúbias e encerram em si lógicas e realidades muito díspares. Um trabalho futuro que pretenda densificar esta dissertação deve não só subdividir estes períodos, como analisar, concretamente, a realidade de cada país com detalhe. Além disso, deverá ter em mente outras realidades, não ocidentais, por forma a alargar este estudo.

A *Belle-Époque* foi o primeiro período no qual nos debruçamos. Esta foi, também, a época a que Karl Polanyi mais tempo dedicou – designou-a por “a grande ordem liberal”. Segundo Polanyi, este período assentou em quatro principais instituições: o sistema de equilíbrio de poder, que garantia a paz; o padrão-ouro; o mercado auto-regulado; e o Estado Liberal. O enquadramento institucional resultante destes quatro pilares garantia a inexistência de uma preocupação social, pois resultavam numa série de políticas que obrigavam a sociedade a adaptar-se aos princípios do mercado auto-regulado. Concordamos, portanto, com Polanyi quando infere que este período foi o auge da desincrustação social. À luz da nossa tese, foi, também, o período mais desigual da história moderna, particularmente quando olhamos para os dois indicadores estudados com maior densidade (a desigualdade de rendimentos e a desigualdade de património).

Posteriormente, dedicamo-nos a entender as décadas que seguiram a segunda-guerra mundial, naquele que foi designado por período de ouro social-democrata ou “trinta gloriosos”: Este período foi o oposto da *Belle-Époque*. Se a *Belle-Époque* podia ser considerada, por excelência, o período auge da desincrustação, este foi o da incrustação social. Se olharmos para as quatro instituições que Polanyi definiu como sendo os pilares da ordem liberal, podemos verificar que nenhuma delas teve relevância neste período. Além disso, neste período, várias políticas públicas que democratizaram as esferas sociais, políticas e, sobretudo, económicas foram instituídas. A criação dos Estados-Sociais, que desmercantilizaram várias áreas, bem como a alteração substancial de preceitos dos mercados (através, por exemplo, de sindicatos e regulamentos laborais) foram essenciais enquanto meios de pré-distribuição. O resultante desta série de políticas foi a melhoria significativa das condições de vida bem como a compressão substancial da desigualdade, como podemos atestar pelas figuras apresentadas no primeiro capítulo. A desigualdade, nos países que referimos, atingiu mínimos históricos, pelo menos na história moderna.

Por fim, abordamos o terceiro período: a era contemporânea. O seu início é difuso, mas é relativamente assentido que começa, *grosso modo*, em meados dos anos 70. Caracterizada por um esgotar das forças do período de ouro social-democrata, a era

contemporânea marca o início do fim de várias lógicas que cimentaram os trinta gloriosos. Nesta época, ocorre um retorno às lógicas desincrustadoras, à luz da nossa tese, visíveis através da diminuição da pré-distribuição. Na era em que vivemos ocorreu uma alteração substancial do paradigma ideológico face ao período anterior: a aceitação do mercado, enquanto entidade auto-regulada, como forma primordial de interacção económica entre os indivíduos. Este período foi (e é) caracterizado pela liberalização financeira crescente, cortes de subsídios e diminuição do peso do Estado Social (com as lógicas de cliente) e saída progressiva do Estado da economia. Este percurso é marcadamente mais visível em países como Estados Unidos e Reino Unido, em que os processos de desincrustação social foram mais rápidos (e eficazes nos seus objectivos). Sem surpresas, a desigualdade, nos indicadores evidenciados, voltou a aumentar e encontra-se, neste momento, em níveis de concentração similares aos da *Belle-Époque*. Naturalmente, o impacto da desigualdade hoje, isto é, a forma como é sentida, é muito diferente do da *Belle-Époque*, sobretudo pelas redes de segurança que ainda advêm dos trinta gloriosos. Ainda assim, se pensarmos no recrudescimento de movimentos totalitários e autocratas, no seguimento de uma série de crises e de níveis de desigualdade significativos, não podemos deixar de encontrar um paralelismo com o fim da Belle-Époque. E isso é razão suficiente para estarmos preocupados com este tema.

Com esta dissertação, argumentamos que existe um vínculo entre a desincrustação social e a desigualdade. Como dissemos repetidamente, a desincrustação social não é a única causa para a desigualdade, mas gera rupturas nas instituições sociais e cria problemas consideráveis. Podemos concluir que, com a incrustação social, existe um maior entrelaçamento social, pois existem mais ligações que conectam os indivíduos. Em particular, as ligações económicas garantem a existência de uma maior rede de segurança, evitando a construção do que Polanyi designou por mercado auto-regulado.

Tanto a incrustação como a desincrustação não ocorrem no vazio. Na realidade, ocorrem uma na presença da outra: são parte integrante do duplo movimento Polanyiano. Existe, por isso, como também vimos, uma dinâmica entre as forças antagónicas. Não existe, por isso, nenhuma fatalidade em qualquer momento histórico.

Na verdade, e como Polanyi também o disse, “o homem nunca foi tão egoísta como a teoria o exigia” (Polanyi, 2021a). Talvez esteja na altura de voltarmos a olhar mais para a realidade.

Referências Bibliográficas

- Alfani, G. (2021). Economic Inequality in Preindustrial Times: Europe and Beyond. *Journal of Economic Literature*, 59(1), 3–44. <https://doi.org/10.1257/jel.20191449>
- Attanasio, O. P., & Pistaferri, L. (2016). Consumption Inequality. *Journal of Economic Perspectives*, 30(2), 3–28. <https://doi.org/10.1257/jep.30.2.3>
- Baptista, A. (2018). A liberdade em Polanyi. *Análise social*, LIII(229), 832–868. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2018229.01>
- Barber, B. (1995). All Economies Are "Embedded": The Career of a Concept, and Beyond. *Social Research*, 62(2), 387–413.
- Baudrillard, J. (2014). *A sociedade de consumo*. Edições 70.
- Bauman, Z. (2006). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Relógio d'Água.
- Berisha, B., Qehaja, D., Hoti, A., & Gara, A. (2025). Wealth gap and happiness: a Southeast European (SEE) perspective. *International Journal of Sociology and Social Policy*, 46(1), 261–273. <https://doi.org/https://doi.org/10.1108/IJSSP-12-2024-0615>
- Berlin, I. (1959). *Two concepts of liberty*. Clarendon Press.
- Beumer, K., Maat, H., & Glover, D. (2022). It's not the market, stupid: On the importance of non-market economies in sustainability transitions. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 42, 429–441. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.eist.2022.02.001>
- Bowles, S., & Fochesato, M. (2024). The Origins of Enduring Economic Inequality. *Journal of Economic Literature*, 62(4), 1475–1537. <https://doi.org/10.1257/jel.20241718>
- Bozio, A., Garbinti, B., Goupille-Lebret, J., Guillot, M., & Piketty, T. (2024). Predistribution versus Redistribution: Evidence from France and the United States. *American Economic Journal: Applied Economics*, 16(2), 31–65. <https://doi.org/10.1257/app.20220023>
- Cayla, D. (2015). *David Graeber and the meaning of markets*.
- Chang, H.-J. (2022). *Economia*. Clube do Autor.
- Crotty, J. (2019). *Keynes against capitalism : his economic case for liberal socialism*. Routledge.
- Dale, G. (2010). *Karl Polanyi : the limits of the market*. Polity Press.
- Database, W. I. (2025). *World Inequality Database*. <https://wid.world/>
- Delsol, J.-P., Lecaussin, N., & Martin, E. (2017). *Anti-Piketty: capital for the 21st century*. Cato Institute. <https://doi.org/10.19083/rgm.v3i2.814>
- Descartes, R. (2008). *Discurso do método*. Edições 70.
- Fligstein, N., & Dauter, L. (2007). The Sociology of Markets. *Annual Review of Sociology*, 33(Volume 33, 2007), 105–128. <https://doi.org/https://doi.org/10.1146/annurev.soc.33.040406.131736>
- François, M., Mertens de Wilmars, S., & Maréchal, K. (2023). Unlocking the potential of income and wealth caps in post-growth transformation: A framework for improving policy design. *Ecological Economics*, 208, 107788. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2023.107788>
- Gallie, W. B. (1955). Essentially Contested Concepts. *Proceedings of the Aristotelian Society*, 56, 167–198.

- Garrett, A. (1824). *O dia 24 de Agosto*.
- Gemici, K. (2007). Karl Polanyi and the antinomies of embeddedness. *Socio-Economic Review*, 6(1), 5–33. <https://doi.org/10.1093/ser/mwl034>
- Gradín, C. (2024). Revisiting the trends in global inequality. *World Development*, 179, 106607. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2024.106607>
- Graeber, D. (2015, 27/01/2026). Regulation Nation. <https://harpers.org/archive/2015/03/in-regulation-nation/>.
- Graeber, D. (2022a). *Dívida: os primeiros 5000 anos*. Edições 70.
- Graeber, D. (2022b). *Trabalhos de merda: uma teoria*. Edições 70.
- Green, T. H. (1895). *Lectures on the Principles of Political Obligation*. [publisher not identified].
- Hacker, J. (2011). The institutional foundations of middle-class democracy. *Policy Network* 6(5), 33–37.
- Han, B.-C. (2014). *A sociedade do cansaço*. Relógio d'Água.
- Hayek, F. A. (2008). *O caminho para a servidão*. Edições 70.
- Kahneman, D., & Krueger, A. B. (2006). Developments in the Measurement of Subjective Well-Being. *Journal of Economic Perspectives*, 20(1), 3–24. <https://doi.org/10.1257/089533006776526030>
- Kubik, P. J. (1992). A re-examination of the great transformation: The establishment of money as a fictitious commodity in the United States. *The Social Science Journal*, 29(1), 53–63. [https://doi.org/https://doi.org/10.1016/0362-3319\(92\)90016-B](https://doi.org/https://doi.org/10.1016/0362-3319(92)90016-B)
- La Boétie, É. d. (1963). *Discours de la servitude volontaire*. Armand Colin.
- Lefranc, G. (1971). *O Socialismo Reformista*. Livraria Bertrand.
- Louçã, F., & Mortágua, M. (2021). *Manual de economia política*. Bertrand.
- MacCallum, G. C. (1967). Negative and Positive Freedom. *The Philosophical Review*, 76(3), 312–334. <https://doi.org/10.2307/2183622>
- Manish, G. P., & Miller, S. C. (2021). *Capitalism and Inequality the role of state and market* (1st edition ed.). Routledge, Taylor & Francis. <https://doi.org/10.4324/9781003030805>.
- Marchionatti, R. (2012). The economists and the primitive societies: A critique of economic imperialism. *The Journal of Socio-Economics*, 41(5), 529–540. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.socec.2012.04.021>
- Mattei, C. E. (2022). *A Ordem do Capital* (T. e. Debates, Ed. Vol. 1). Temas E Debates.
- Mazzucato, M. (2021). *Economia de missão: um guia ousado e inovador para mudar o capitalismo*. Temas e Debates.
- Meidner, R. (1998). The Rise and Fall of the Swedish Model. *Challenge*, 41(1), 69–90.
- Milanovic, B. (2017). *A desigualdade no mundo : uma nova abordagem para a Era da Globalização*. Conjuntura Actual.
- Mill, J. S. (2000). *On Liberty*. Alex Catalogue ; NetLibrary.
- Mudde, C. (2020). *O regresso da ultradireita: da direita radical à direita extremista*. Presença.
- Neal, L., & Cameron, R. (2019). *História económica do mundo: do Paleolítico ao Presente*. Escolar Editora.
- Nguyen, B. K. Q., & Le, V. (2021). The relationship between global wealth and happiness: An analytical study of returns and volatility spillovers. *Borsa Istanbul Review*, 21, S80–S89. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.bir.2021.04.006>

- Orwell, G. (2007). *Homenagem à Catalunha* (1ª ed.). Antígona.
- Orwell, G. (2017). *A quinta dos animais*. Cardume Editores, Lda.
- Parsons, B., & Rabhi, A. (2025). Redistribution, income inequality, and conflict in developing countries: Is there any causality? *World Development Perspectives*, 40, 100739. <https://doi.org/10.1016/j.wdp.2025.100739>
- Pettit, P. (2012). *On the People's Terms: A Republican Theory and Model of Democracy* (Vol. 127). University of Chicago Press. <https://doi.org/10.1086/687346>
- Piketty, T. (2013). *Le capital au XXIe siècle*. Seuil.
- Piketty, T. (2020). *Capital e ideologia*. Temas e Debates.
- Piketty, T. (2023). *Medir o racismo, vencer as discriminações*. Temas e Debates.
- Pinto, E. J. C. (2020). *Green republicanism: non-domination for an ecologically sustainable planet*
- Polanyi, K. (2000). *A grande transformação: as origens da nossa época*. Campus.
- Polanyi, K. (2021a). *Economia e sociedade : textos selecionados*. Book Builders.
- Polanyi, K. (2021b). Nuestra obsoleta mentalidad de mercado. *Revista de economía institucional*, 23(45), 185–201. <https://doi.org/10.18601/01245996.v23n45.09>
- Rousseau, J.-J. (2010). *O contrato social*. Público Editorial Presença.
- Rousseau, J.-J. (2020). *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Edições 70.
- Saez, E. (2021). Public Economics and Inequality: Uncovering Our Social Nature. *AEA Papers and Proceedings*, 111, 1–26. <https://doi.org/10.1257/pandp.20211098>
- Sardan, J.-P. O. d. (2013). Embeddedness and informal norms: Institutionalisms and anthropology. *Critique of Anthropology*, 33(3), 280–299. <https://doi.org/10.1177/0308275x13490307>
- Somers, M., & Block, F. (2020). Polanyi's democratic socialist vision: Piketty through the lens of Polanyi. In. <https://doi.org/10.7765/9781526127891.00019>
- Stiglitz, J. E. (2018). *O fim da desigualdade: sociedades desiguais e como as mudar*. Bertrand.
- Villacañas, J. L. (2020). *Neoliberalismo como teología política* (Vol. 1).
- Weil, S. (2022). *Reflexões sobre as causas da liberdade e da opressão social* (2ª ed.). Antígona.